

PUCRS

ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

JADERSON SOUZA DOS SANTOS

A CRIAÇÃO DA DOCTRINA DE GUERRA CONTRARREVOLUCIONÁRIA BRASILEIRA: A
recepção do modelo francês dentro da revista A Defesa Nacional (1957-1965)

Porto Alegre
2022

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

JADERSON SOUZA DOS SANTOS

**A CRIAÇÃO DA DOCTRINA DE GUERRA CONTRARREVOLUCIONÁRIA
BRASILEIRA: A recepção do modelo francês dentro da revista A Defesa Nacional
(1957-1965)**

Porto Alegre

2022

JADERSON SOUZA DOS SANTOS

**A CRIAÇÃO DA DOCTRINA DE GUERRA CONTRARREVOLUCIONÁRIA
BRASILEIRA: A recepção do modelo francês dentro da revista A Defesa Nacional
(1957-1965)**

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial e último para a obtenção do título de Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Helder Volmar Gordim da Silveira

Porto Alegre 2022

Ficha Catalográfica

S237c Santos, Jaderson Souza

A criação da Doutrina de Guerra Contrarrevolucionária brasileira : A recepção do modelo francês dentro da revista A Defesa Nacional (1957-1965) / Jaderson Souza Santos. – 2022.

89 p.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Helder Volmar Gordim da Silveira.

1. Doutrina francesa. 2. Guerra revolucionária. 3. A Defesa Nacional. 4. Ditadura militar brasileira. 5. Guerra Contrarrevolucionária. I. Silveira, Helder Volmar Gordim da. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da PUCRS
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Bibliotecária responsável: Clarissa Jesinska Selbach CRB-10/2051

JADERSON SOUZA DOS SANTOS

**A CRIAÇÃO DA DOCTRINA DE GUERRA CONTRARREVOLUCIONÁRIA
BRASILEIRA: A recepção do modelo francês dentro da revista A Defesa Nacional
(1957-1965)**

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial e último para a obtenção do título de Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovado em: ___ de _____ de 2022.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Helder Volmar Gordim da Silveira – PUCRS (Orientador)

Prof. Dr. Luis Carlos dos Passos Martins – PUCRS

Prof. Dr. Rodrigo Perla Martins – FEEVALE

Porto Alegre

2021

RESUMO

Na presente pesquisa foi analisada a recepção, interpretação, análise e reinterpretção da Doutrina francesa de Guerra Contrarrevolucionária pela revista A Defesa Nacional entre os anos de 1957 e 1965. Dada a importância da Revista para a intelectualidade do oficialato militar brasileiro, as elaborações construídas em suas páginas permitiram a divulgação de métodos para combater movimentos revolucionários que estavam eclodindo naquele momento pelo mundo inteiro. Foram constatados três momentos distintos da relação entre os militares brasileiros e a Doutrina francesa: o primeiro, uma recepção quase literal, onde as recomendações dos teóricos franceses eram recebidas como incorrigíveis. O segundo, quando em uma interpretação das técnicas de enfrentamento passam a existir discordâncias e lacunas entre os dois entendimentos. O terceiro momento contempla a parte onde os oficiais brasileiros passam a reivindicar a criação de uma doutrina própria e independente, que contemple a realidade nacional e suas peculiaridades. Essa reivindicação trouxe consigo uma série de artigos que iniciam uma teorização da Contrarrevolução, no entanto, foi interrompida pelo tempo. A partir do ano de 1965 as teorizações sobre o assunto diminuem sensivelmente, interrompendo a criação de uma doutrina própria das forças armadas brasileiras.

Palavras-chave: Doutrina francesa, Guerra Revolucionária, A Defesa Nacional, Ditadura militar brasileira, Guerra Contrarrevolucionária.

ABSTRACT

In the present research, the reception, interpretation, analysis and reinterpretation of the French Doctrine of Counterrevolutionary Warfare by the magazine A Defesa Nacional between 1957 and 1965 was analyzed. Given the importance of the Magazine for the intelligentsia of the Brazilian military officer, the elaborations built on its pages allowed the dissemination of methods to combat revolutionary movements that were breaking out at that moment all over the world. Three distinct moments of the relationship between the Brazilian military and the French doctrine were observed: the first, an almost literal reception, where the recommendations of the French theorists were received as incorrigible. The second, when in an interpretation of the warfare techniques there are disagreements and gaps between the two understandings. The third moment contemplates the part where Brazilian officers start to demand the creation of their own and independent doctrine, which contemplates the national reality and its peculiarities. This claim brought with it a series of articles that started a theorization of the Counterrevolution, however, it was interrupted by time. From the year 1965 onwards, theorizations on the subject decrease significantly, interrupting the creation of a doctrine specific to the Brazilian armed forces.

Keywords: French Doctrine, Revolutionary Warfare, A Defesa Nacional, Brazilian military dictatorship, Counterrevolutionary Warfare.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Doutrina Militar Brasileira.....	22
Figura 2: Capa de A Defesa Nacional.....	23
Figura 3: Como vencer o Comunismo.....	31
Figura 4: Democracia versus Comunismo.....	32
Figura 5: O Exército está precisando de aviões.....	50
Figura 6: Mapa étnico do Brasil.....	63
Figura 7: Amanhã, a América do Sul?	71
Figura 8: Nossas forças armadas e a nova doutrina.....	73

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Fases da Guerra Revolucionária.....	39
--	----

LISTA DE SIGLAS

ADN: A Defesa Nacional

AHEX: Arquivo histórico do Exército

CEA: Conferência de Exércitos Americanos

CNI: Conferência Naval Interamericana

CONJEFAMER: Conferência dos Chefes das Forças Aéreas Americanas

CRUA: Comitê Revolucionário de Unidade e Ação

DBGCR: Doutrina brasileira de Guerra Contrarrevolucionária

DFGCR: Doutrina francesa de Guerra Contrarrevolucionária

DSN: Doutrina de Segurança Nacional

FA: Forças Armadas

FEB: Força Expedicionária brasileira

FLN: Frente de Libertação Nacional

GCE: Guerra Civil espanhola

GP: Guerra Psicológica

GR: Guerra Revolucionária

SGM: Segunda Guerra Mundial

SICOFAA: Sistema de Cooperação entre as Forças Aéreas Americanas

TIAR: Tratado Interamericano de Assistência Recíproca

URSS: União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. A DEFESA NACIONAL	18
2.1 Os OFICIAIS DA REVISTA	23
3. AS NOVAS CARACTERÍSTICAS DA GUERRA REVOLUCIONÁRIA	26
3.1 O QUE É UMA GUERRA REVOLUCIONÁRIA	26
3.2 A ESTRUTURA DA GUERRA REVOLUCIONÁRIA	36
3.3 O CAMINHO PARA UMA INSURGÊNCIA BEM-SUCEDIDA	45
4. A REAÇÃO MILITAR PARA A VITÓRIA CONTRA A REVOLUÇÃO	49
4.1 AVANÇOS SOCIAIS, TRAIADORES E INVESTIMENTOS	49
4.2 CONTRAPROPAGANDA E AÇÃO PSICOLÓGICA	55
4.3 ESTRATÉGIAS DE COMBATE E A DISPUTA DO POVO	60
5. A CRIAÇÃO DE UMA DOCTRINA BRASILEIRA	69
5.1 O QUE É UMA DOCTRINA	69
5.2 A INSPIRAÇÃO FRANCESA E A REIVINDICAÇÃO DE UMA DOCTRINA PRÓPRIA	70
5.3 ESTUDOS AUTÔNOMOS E NOVAS INFLUÊNCIAS	76
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	84

1. INTRODUÇÃO

Após a Segunda Guerra Mundial (SGM) houve uma reconfiguração geral do mundo. Com a vitória dos Aliados sobre o Eixo, e o enfraquecimento das potências coloniais europeias, um processo de reestruturação dos poderes mundiais ocorreu. É nesse período em que países dominados perceberam a oportunidade de liberação. Diversas disputas anticoloniais marcaram o século XX, principalmente após o ano de 1945. Conforme Remond (1984) a ideia de nacionalidade foi justamente “levada” às colônias pelos colonizadores. O contato permitiu que intelectuais “descobrissem” uma realidade nacional. Este foi exatamente o caso da Indochina, que a partir de 1946, busca sua liberação do domínio francês, que datava de 1887. Com o apoio da União Soviética, os Viet Minh, liderados por Ho Chi Minh, perpetraram uma longa batalha em solo vietnamita, que durou, com a participação francesa, até 1954.

A Indochina, do ponto de vista francês, era administrada diretamente através da Cochinchina (Vietnã do sul) e dividida entre os protetorados de Tonquim e Anam, os três juntos constituíam o Vietnã. A Indochina propriamente ainda incorporava os protetorados do Camboja e Laos. Quando a França foi ocupada pelo exército nazista, em 1940, a Indochina foi invadida pelos japoneses. Já em 1941, Ho Chi Minh inicia os combates revolucionários, primeiro, visando a expulsão dos japoneses, depois, em busca da independência. Em 18 de agosto de 1945 os Viet Minh declaram a independência do domínio colonial.

O estilo de combate imposto pelos vietnamitas fugia completamente às experiências de guerra vivenciadas pelos exércitos franceses até então. O combate de guerrilha realizado nas cidades e florestas tropicais impunha ao exército formal francês um novo desafio. A Guerra da Indochina compele as forças militares francesas ao desenvolvimento de novas estratégias para combater guerrilheiros que, virtualmente, estavam por toda parte, como disse o general Jean Compagnon em entrevista à periodista Marie-Monique Robin:

La Segunda Guerra Mundial fue una guerra lineal, con un frente com el que se avanzaba para enfrentar las líneas enemigas y hacerlas retroceder. Así se ha liberado Alençon, y después París. Mientras que en Indochina no había un frente, era una guerra en superficie, por lo tanto había enemigos por todos lados, detrás de uno, adelante, al costado. Estábamos permanentemente en estado de alerta. (ROBIN, M.M. 2014, p. 25)

O uso de guerrilhas infiltradas na população não tinha precedentes nas estratégias militares, portanto, colocou-se o esforço de criação de um novo método para combater neste tipo de terreno. Aqui se inicia a construção da Doutrina francesa de Guerra Contrarrevolucionária.

Com a vitória dos Viet Minh, a percepção dos franceses sobre a necessidade de uma nova doutrina militar que aparasse conflitos totais e irregulares foi ampliada. O centro do poder militar deveria se focar na questão da inteligência e coleta de informações. Essa nova doutrina foi chamada pelos militares franceses de Guerra Contrarrevolucionária. Destarte, havia o sentimento crescente de que além de perderem a guerra na Indochina, haviam perdido para os comunistas. Esta percepção alavanca o anticomunismo dentro das tropas francesas, principalmente entre os paraquedistas, segundo o General Paul Aussaresses (2001). Ainda, justamente por essa ligação imediata entre a Segunda Guerra Mundial e o início da Guerra da Indochina, o conflito no sudeste asiático era visto como um desdobramento do conflito em território europeu.

A derrota na Indochina leva militares franceses à atualizarem seus manuais de combate, com medo de sofrerem o mesmo erro na Argélia (que era percebida como território francês e não como uma colônia distante¹). Também, é importante ressaltar o imaginário das populações metropolitanas neste contexto. Os domínios do além-mar eram considerados como atenuadores das perdas materiais sofridas na guerra em território nacional, nesse sentido, o sofrimento causado pela guerra seria atenuado com a manutenção de tais domínios, mesmo que o custo para tal não fosse favorável. É uma questão de mentalidade, as colônias faziam parte natural do imaginário no dia-a-dia da metrópole.

Assim, o coronel Roger Trinquier, a fim de combater as guerras revolucionárias que se desenrolaram nas colônias francesas, estudou o livro-guia de Mao Tsé-Tung utilizado pelos revolucionários argelinos (KUBIK, 2012). *La stratégie de la Guerre Revolutionnaire en Chine* (1937) foi traduzido para o francês em 1951 e utilizado para a construção da teoria contrarrevolucionária (PLON, 2016; ROBIN, 2014; MARTINS FILHO 2008). Em 1961 publica seu livro *La Guerre Moderne*, onde cita largamente a obra de Mao Tsé-Tung e minucia a estratégia de tomada do poder por parte de

¹ Em 1954, o ministro do interior francês François Mitterrand, declarou: “L’Argélie ces’t la France”, uma expressão do posicionamento francês em relação à Argélia.

revolucionários (TRINQUIER, 1961). A seguir, o coronel Charles Lacheroy também estuda a obra de Mao Tse-Tung e se torna o responsável por diversos cursos ministrados para oficiais do próprio exército francês. Foi Lacheroy que denominou a Guerra da Indochina como uma guerra revolucionária (RIGOUSTE, 2007).

Respondendo aos ataques da FLN, a população enfurecida de pied-noirs linchava crianças árabes numa onda de ódio que levou à chegada da 10ª Divisão de Paraquedistas, comandadas pelo General Massu e entregue nas mãos de homens como o coronel Bigeard, o sombrio Ausserrasses e Trinquier. A derrota em Dien Bien Phú estava fresca na mente destes militares colonialistas, mas uma nova concepção de guerra surgia e a Batalha de Argel será o laboratório onde os carrascos franceses de Massu irão experimentar a contra-insurgência que seria conhecida como Doutrina Francesa ou Guerra Moderna, desenvolvida por militares como Trinquier e Lacheroy. (LIPPOLD, 2019, p. 53)

Ainda, o coronel Marcel Bigeard publica um manual sistematizado de técnicas a serem aplicadas, o *Manuel de l'officier de renseignement* (PLON, 2016). E por fim, em 1963, o coronel David Galula publica *Pacification in Algeria 1956-1958*. Sendo assim, cel. Trinquier, cel. Charles Lacheroy, cel. Marcel Bigeard e cel. David Galula, formam o cerne do corpo de ideólogos militares do que viria a ser chamada a Doutrina francesa de Guerra Contrarrevolucionária (DFGCR).

Eu estava saturado do trabalho de inteligência, eu já tinha perdido a guerra na Indochina e sentia que aprendi o bastante sobre insurgências e queria testar certas teorias que formei sobre guerra de contra insurgência. Por todas essas razões eu me voluntariei para o trabalho na Argélia assim que cheguei na França. (GALULA, 1963, p. 2, tradução livre)²

O combate assimétrico da Indochina impôs o desenvolvimento de estratégias inovadoras por parte das forças militares francesas (MARTINS FILHO, 2008), todavia, foi apenas em 1954 que essa nova forma de enfrentamento atinge sua maturidade teórica e prática. A Guerra de Independência da Argélia (1954-1962) apresenta nova complexidade aos franceses. Ataques a bomba, participação da população civil e infiltração dos guerrilheiros nas residências dos moradores eram alguns dos meios utilizados pelos liberadores argelinos na busca da independência.

² “I was saturated with intelligence work, I had missed the war in Indochina, I felt I had learned enough about insurgencies, and I wanted to test certain theories I had formed on counterinsurgency warfare. For all these reasons I volunteered for duty in Algeria as soon as I reached France.” (GALULA, 1963, p. 2)

Se um evento puder ser elencado para o nascimento da DFGCR certamente será a guerra de independência da Argélia. A importância, até mesmo para o imaginário francês, é muito grande. Foi apenas em 1999 que a Assembleia Nacional francesa aceitou oficialmente outra terminação para o conflito, anteriormente se referiam ao evento como “acontecimentos da Argélia” (LIPPOLD, 2019).

A anexação francesa do território da Argélia data de 1865. A colonização estabelecida ali fundamentava-se principalmente pelo confisco de terras e pela imigração de franceses para região. Apesar dos projetos de imposição da cultura europeia a cultura muçulmana permaneceu extremamente forte. Com o fim da SGM protestos levaram a mudanças na participação política dentro da Argélia. A principal, em 1947, o Estatuto da Argélia possibilitava a eleição de não franceses em metade da Assembleia Nacional.

Os dois partidos nacionalistas existentes à época sofreram divisões e brigas internas. Assim, militantes a favor de uma guerra de independência se congregaram em torno do Comitê Revolucionário de Unidade e Ação (CRUA), que mais tarde viria a se tornar o partido Frente de Libertação Nacional (FLN). A CRUA iniciou a guerra em 1954, dividindo o território argelino em subdivisões sob responsabilidade de diferentes líderes do movimento independentista. Com o apoio de armas e dinheiro do governo egípcio de Gamal Abdel Nasser, pioneiro e panarabista, iniciaram os ataques armados em todo território argelino.

Agora com o nome de FLN, os combatentes argelinos receberam apoio massivo da população local, forçando, em 1958, o governo francês de Charles De Gaulle a criação de um plano econômico e social visando estabilizar a região. Os planos não tiveram eficácia, provocando o governo francês a negociar com a FLN. Neste momento, oficiais do exército francês formaram grupos visando impedir a independência argelina. Como dito anteriormente, a Argélia fornecia uma ligação emocional com o imaginário francês de grande nação. Assim, a Organização do Exército Secreto (OAS) utilizou as estratégias de guerra contrarrevolucionária formuladas até então, empreendendo inclusive a tortura como método sistemático de obtenção de informação (SANTOS, 2014; PLON, 2016; ROBIN, 2014; MARTINS FILHO 2008). Por fim, em 1961 foi organizado um referendo na França. O eleitorado, com 75% dos votos, referendou a independência argelina.

O sentimento anticomunista (ROBIN, 2014) e a busca por parceiros comerciais no campo militar (PLON, 2016) leva a França a ministrar palestras e cursos em

diversos lugares do globo: na França, na Escola Superior de Guerra; nos Estados Unidos, no Fort Briggs e Benning; na Argentina, na *Escuela Superior de Mecánica de la Armada*; e inclusive no Brasil, no Centro de Instrução de Guerra na Selva, em Manaus. São nestes encontros que oficiais brasileiros entraram em contato com a Doutrina francesa (SANTOS, 2014).

A originalidade da doutrina francesa, fruto de uma profunda reflexão sobre 48 sua derrota, seria a de conjugar diversas culturas estratégicas e oferecer um sistema de reflexão heterogêneo. Esse sistema, baseado numa teoria sólida de enquadramento e organização da sociedade, encontraria um grande sucesso e se consolidaria como um dos principais elementos de exportação do Exército francês. Conscientes desse interesse, os responsáveis militares franceses traçaram um projeto de expansão comercial baseado na difusão dessa doutrina. Mas seu sucesso foi relativo e cada país adotou pontos específicos da ideologia francesa. De forma que o Quai d'Orsay e a divisão de serviço de inteligência e relações internacionais do Exército francês desenvolveu uma nova estratégia, baseada na venda de equipamentos adaptados à nova doutrina de guerra. Assim à política mercantil foi conjugada a expansão da doutrina. (ARAÚJO; MARIN, 2008, p.3).

O recorte temporal deste trabalho considera a primeira publicação na Revista A Defesa Nacional (ADN) sobre a Contrarrevolução (1957), apesar de ter sido 1959 o primeiro contato oficial de militares brasileiros com os cursos franceses. No entanto, Martins Filho e Leneide Plon sugerem datas divergentes para a troca entre franceses e brasileiros. Martins Filho (2012; 521) fala de 1958 como ano de “chegada” da Doutrina à Argentina, e ressalta ceticismo na aproximação do Brasil com a Doutrina apenas em 1959, já Leneide Plon (2016; 59) se refere a 1957 como a data precisa devido aos cursos sobre a Doutrina que oficiais brasileiros receberam nos Estados Unidos. De qualquer forma, o ano de 1957 é o primeiro a apresentar estudos sobre processos revolucionários e contrarrevolucionários dentro da Revista, o que provoca a necessidade de uma maior investigação sobre o primeiro contato.

Assim, nossa pretensão com este trabalho é examinar a influência da DFGCR na criação de uma doutrina brasileira de guerra contrarrevolucionária (DBGCR). Para tanto, analisaremos a revista ADN, como meio de paralelizar as conceitualizações realizadas pelos militares brasileiros e os teóricos franceses da DFGCR. Seguiremos, em parte, com a análise de conteúdo de Laurence Bardin (2016). Desta forma, dividiremos as características essenciais elencadas nas publicações como terrorismo, guerra revolucionária e guerrilha. Tais divisões quando paralelizadas aos mesmos conceitos quando discutidos pelos autores franceses poderão fornecer pistas sobre

uma produção autônoma e adaptada à realidade brasileira por parte dos oficiais dentro da Revista.

Nosso primeiro capítulo será composto pela análise da revista ADN. Analisaremos sua origem histórica, as fases de desenvolvimento, os objetivos incumbidos a ela, seus formatos, sua produção e circulação. Também faremos uma breve análise dos escritores que construíram a Revista no período em que foi analisada.

O segundo capítulo elencará características essenciais às guerras revolucionárias. Como são analisadas as guerrilhas, o que é utilizado como tática revolucionária, qual o papel da geografia local, etc. Buscaremos o que aparece com mais frequência, sempre buscando paralelizar com as ideias francesas do mesmo tema, para verificarmos as faltas ou permanências de tais características essenciais. O recorte das “características essenciais” será feito com base no aparecimento constante dos conceitos. Um exemplo é o caso do “comunismo”, que é largamente discutido como uma característica essencial à força das guerras revolucionárias. Assim, a importância que os autores derem às características será levada em consideração neste trabalho.

No terceiro capítulo faremos a análise da resposta teórica que levaram os franceses à vitória na Argélia. Será verificado o que dizem os manuais franceses sobre novas táticas de guerra contrarrevolucionária, estas táticas e estratégias serão colocadas em contraposição com as elaborações dos militares brasileiros na ADN. O que se combate, como se combate, o papel de interrogatórios, informação, etc.

O quarto e último capítulo dará conta da busca pela criação de uma Doutrina brasileira de Guerra Contrarrevolucionária. Aqui buscaremos encontrar o caminho que as teorias da ADN tomam e como elas se diferenciam da teoria francesa.

A coleção de artigos aqui disposta se dá entre 1957 e 1965 devido ao frutífero período de construção de uma doutrina contrarrevolucionária brasileira através do contato estabelecido entre França e Brasil, por adidos militares intercambiados e os cursos ministrados por militares franceses na América do Sul.

Neste trabalho avaliaremos 42 artigos entre 1957 e 1965, todos versando sobre a GR ou tratando do assunto de forma paralela. Buscamos encontrar todas as formas de referência ao combate contrarrevolucionário e estudos de movimentos revolucionários e suas afiliações. Estes artigos foram encontrados na revisão de quase 200 edições da ADN, entre 1950 e 1970, no entanto, elencamos para nosso

estudo 82 edições, que vão de janeiro de 1957, data da primeira publicação sobre GR até maio de 1965, data onde aparece o último artigo sobre o tema que aparenta ter correlação com os anteriores. Após a publicação deste último exemplar, passa a existir um espaço de tempo muito grande entre os aparecimentos de artigos sobre o tema, o que descaracteriza o bloco de análises realizadas nos oito anos onde os oficiais realizaram a ativa produção de teorias das guerras revolucionárias.

A escolha das datas se dá pelo fato de que os cursos ministrados pelos franceses iniciaram neste ano, mas também devido à falta de artigos versando o tema em anos anteriores. A data final também é importante, primeiro devido ao golpe militar de março, no entanto, os artigos sobre GR abruptamente cessam. Aparecendo muito esparsamente e de forma difusa, sem a coesão que vinham sendo publicados nos anos anteriores.

Duas hipóteses podem ser levantadas a partir desta observação: primeiro, o tema da “revolução de março” foi largamente debatido e publicizado. Devido a essa atenção demasiada ao evento, outros tipos de artigos que vinham sendo publicados até então receberam menos espaço na ADN. A segunda hipótese, menos observacional, se dá pelo motivo de não mais haver necessidade de defender abertamente posições militares, mas também por uma possível tentativa de camuflar os objetivos do Exército brasileiro. Assim, as discussões deveriam ser feitas de modo confidencial.

Quando tratarmos como “um artigo publicado pela ADN” estaremos nos referindo aos artigos que não têm uma assinatura. Até onde foi possível observar, esses artigos são uma espécie de editorial. Talvez escritos em conjunto ou por algum dos diretores da Revista.

2. A DEFESA NACIONAL

A partir dos anos 1950 a Revista A Defesa Nacional, publicação das Forças Armadas brasileiras, publicou diversos artigos de militares já influenciados pela corrente anticomunista estimulada pelos Estados Unidos da América, pelo Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), pela Conferência Naval Interamericana (CNI), pela Conferência de Exércitos Americanos (CEA), pela Conferência dos Chefes das Forças Aéreas Americanas (CONJEFAMER), e também pelo Sistema de Cooperação entre as Forças Aéreas Americanas (SICOFAA). Tais

organizações objetivavam a troca de inteligência militar e o combate ao comunismo. Atualmente a Revista continua ativa e seu acervo está disponível em parte online e também no Arquivo Militar, no Rio de Janeiro (AHEx).

Em 1908, o Ministro da Guerra Hermes da Fonseca (1906-1909), em visita a Europa, a convite do imperador alemão Guilherme II para manobras militares, teve contato com a indústria bélica germânica. Assim, buscando a modernização bélica e conhecimento técnico para as forças militares brasileiras, firmou acordo que propunha o aperfeiçoamento de quadros do Exército brasileiro e envio de estagiários à Alemanha (SEPULVEDRA, 2014).

Estevão Leitão de Carvalho, Bertholdo Klinger e Euclides de Oliveira Figueiredo, juntamente com outros militares que não participaram do estágio na Alemanha, mas compartilhavam dos seus ideais, fundaram a Revista. Lançada em 1913, era escrita por jovens oficiais que haviam realizado esses estudos na Europa. O envio de militares foi promovido pelo Ministério da Guerra, no entanto, demonstra ser uma resposta à vizinha Argentina, que alguns anos antes já estava enviando militares à Alemanha para modernização do exército nacional (BARONI, 2008).

O primeiro corpo editorial da ADN era composto por Amaro Vila Nova, Bertholdo Klinger, Brazílio Taborda, Estevão Leitão de Carvalho, Euclides Figueiredo, Francisco de Paula Cidade, Joaquim de Souza Reis, Jorge Pinheiro, Lima e Silva, Maciel da Costa, Mário Clementino, Parga Rodrigues e Pompeu Cavalcanti.

A publicação nasceu com a missão de aportar discussões em relação à defesa do território nacional e problemas internos e externos do Brasil. Já na sua origem, a Revista buscava estabelecer uma conexão do papel do militar com a sociedade brasileira (HORTA, 1994). Logo a revista tornou-se um órgão essencial e principal meio de divulgação de propostas e interesses do grupo que a compunha. As propostas iam desde a campanha pela modernização do Exército, na constituição de unidades maiores, até a defesa do ensino militar nos meios escolares. Destaca-se também a campanha para a efetivação da lei que promulgava o serviço militar obrigatório através de sorteio, de 1908, mas não aplicada até 1916.

A função do Exército num país como o Brasil não é somente o primeiro fator de transformação político-social, nem o principal elemento de defesa exterior: ele tem igualmente a função educativa e organizadora a exercer na massa geral dos cidadãos.[...] os interesses dos militares se acham hoje em dia, e em todos os países do mundo, de tal forma entrelaçados aos interesses nacionais, que trabalhar pelo progresso dos meios de defesa de um povo é,

senão o melhor, pelo menos um dos melhores meios de servir aos interesses gerais desse povo (A DEFESA NACIONAL, 1913)

Com a afirmação da importância da Revista, as publicações ganharam caráter fundamental para a teorização das mecânicas operacionais do Exército. “Desde sua fundação, a publicação sempre primou pela excelência técnica e por focar suas discussões na arte e ciência militar, o que faz dela boa amostra do debate estratégico-doutrinário dentro do Exército.” (MORAIS, 2016, p. 60)

Devido à militância modernizadora do grupo criador da ADN, foram apelidados de forma pejorativa como “jovens turcos”, em alusão aos oficiais turcos que haviam feito o mesmo tipo de estágio no exército alemão e, de retorno a Turquia, militaram por partidos nacionalistas. Os oficiais turcos participaram de revoltas contra o sultanato otomano, que em um longo processo, levou à proclamação da república liderada por Mustafá Kemal em 1923, após a dissolução do Império Otomano ao fim da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), em 1918.

No entanto, o apelido pejorativo passou a ser visto como motivo de orgulho e símbolo de patriotismo. O grupo “jovens turcos” considerava que o Brasil ainda era desprovido de nacionalidade e que ainda não havia desenvolvido o Estado tal como nos países europeus. Assim, sua preocupação não era unicamente direcionada às forças militares, mas também aos aspectos físicos do homem brasileiro e a sua educação.

Neste sentido, os jovens turcos passam a desenvolver uma concepção de atuação política onde o militar como indivíduo não deveria intervir na política, mas sim o Exército como instituição. Essa noção foi publicada no primeiro editorial da ADN, quando colocado que:

Nas nacionalidades nascentes como a nossa, em que os elementos mais variados se fundem apressadamente para a formação de um povo, o Exército, única força verdadeiramente organizada, no seio de uma tumultuosa massa efervescente, vai às vezes um pouco além dos seus deveres profissionais para tornar-se, em dados momentos, um fator decisivo de transformação política ou de estabilização social (A DEFESA NACIONAL, 1913).

Somando-se ao caráter técnico, a Revista também estava imbuída do discurso da necessidade de uma escolarização superior dos oficiais. A tese do cidadão-soldado era visível nas páginas dos artigos, bem como a influência de Benjamin Constant.

A defesa incondicional da educação como forma de regeneração moral baseada na velha tese positivista também ganha força. Isso levou a proposta e a efetivação da disciplina Educação Moral e Cívica a entrar no campo educacional. A hegemonia do grupo conservador-religioso que se apropriou desse discurso positivista difuso dentro das Forças Armadas se tornou uma realidade que marcou o campo militar durante toda a segunda metade do século XX, o que pode ser observado na análise das revistas e no aparecimento do tema do anticomunismo, demonstrando a preocupação desse grupo na manutenção dos valores morais. (SEPULVEDRA, 2014, p. 161)

Portanto, a Revista, além de defender a criação de quadros para a profissionalização das tropas, uma vez que as melhores formações até ali tinham sido de burocratas ou políticos, defendia também a participação política do Exército, não como partido, ou através da criação de quadros, mas como uma instituição na sua completude.

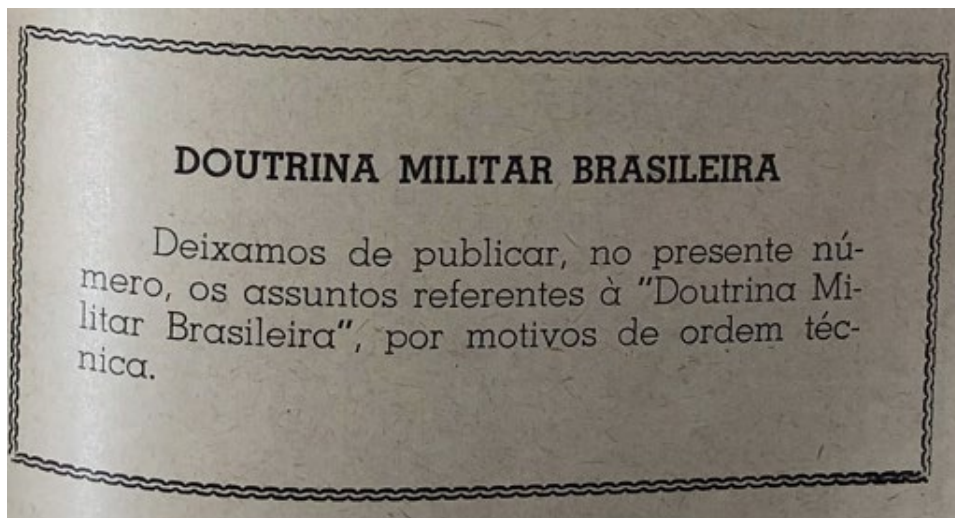
A partir dos anos 1950 a Revista passa a ser recheada de artigos visando a interpretação das guerras revolucionárias. O objetivo dos militares brasileiros era a discussão, interpretação e a criação de métodos de combate contrarrevolucionários. Os artigos se estendem até os anos 1960, quando passam a aparecer de forma mais escassa. É interessante acompanhar que o aparecimento dos artigos se dá justamente quando o Brasil tem contato com a Doutrina francesa, e a influência dela é determinante, inclusive com a presença de alguns artigos de militares franceses.

A direção da ADN em 1957 e 1958 consistia em General Rafael Danton Garrastazú Teixeira na presidência, Tenente Coronel João Batista Peixoto como diretor, Tenente Coronel João Capistrano Martins Ribeiro como gerente e no Conselho de Administração aparecem os nomes do General Benjamin Rodrigues Galhardo e General Djalma Dias Ribeiro. Nos anos de 1959 e 1960 o presidente era o General João Baptista de Mattos, o diretor era o Coronel Ayrton Salgueiro de Freitas. O gerente, Tenente Coronel João Capistrano Martins Ribeiro, e no conselho de administração, Tenente Coronel Hugo de Andrade Abreu e Major Octavio Costa da Silva. A nível de curiosidade, Golbery Couto e Silva aparecia como suplente nesta data.

De 1961 a 1964 a direção era composta por General Aurélio Alves de Souza Ferreira como presidente, Major José de Sá Martins como diretor, Tenente Coronel João Capistrano Martins Ribeiro como gerente, e General Armando Batista Gonçalves e Tenente Coronel Hugo de Andrade Abreu como Conselho de Administração.

Quando ocorre a mudança da mesa diretora da Revista em 1965, curiosamente a primeira mudança após o golpe militar de março de 1964, a ADN deixa de publicar os eleitos para o exercício do período, voltando apenas em setembro do referido ano. Em 1965 a forma de gestão da Revista é alterada, nesse momento aparecem três diretores executivos e dois conselheiros.

Figura 1: Doutrina Militar Brasileira (após 1964 começa a aparecer este tipo de aviso)

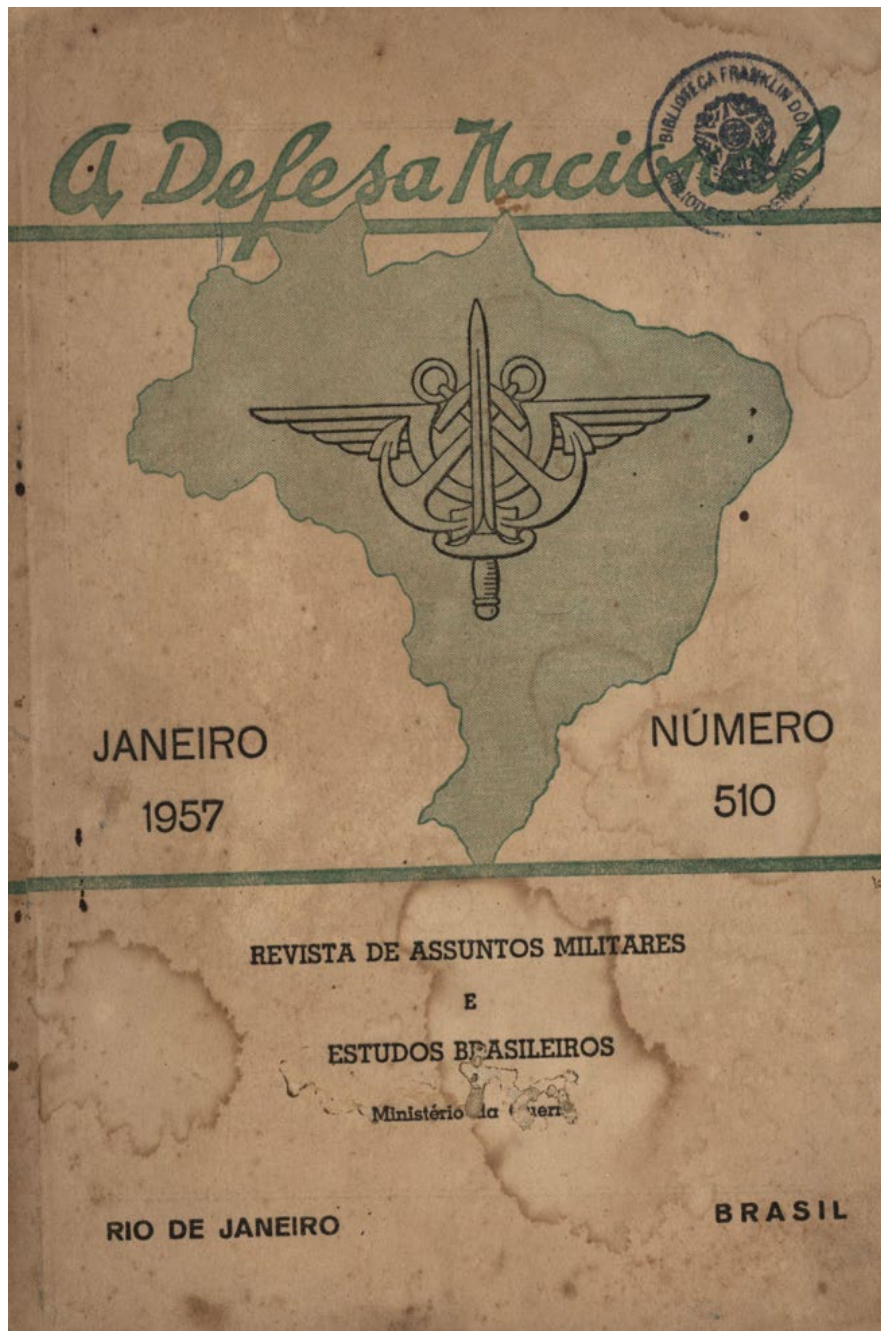


Fonte: A DEFESA NACIONAL, abr. 1964, p. 8

Os diretores são o General Altair Franco Ferreira, o Tenente Coronel Rubens Mário Caggiano Jobim, e o Tenente Coronel João Capistrano Martins Ribeiro. Os conselheiros são o General Adailton Sampaio Pirassinunga e o Coronel Walter dos Santos Meyer. De todos estes, apenas Hugo de Andrade Abreu e Golbery Couto e Silva aparecem no relatório final da Comissão da Verdade que versa sobre autores de violações dos direitos humanos³.

³ Revista Carta Capital (12/2014) <https://www.cartacapital.com.br/politica/comissao-da-verdade-divulga-lista-de-377-pessoas-que-violaram-direitos-humanos-7439/> (Acesso em 24/01/2022)

Figura 2: Capa de A Defesa Nacional



Fonte: A DEFESA NACIONAL, jan. 1957

2.1 Os Oficiais da Revista

Em geral, as pesquisas sobre os oficiais escritores da ADN têm pouca ou nenhuma informação disponível fora dos arquivos militares. No entanto, no esforço para tentar elencar os possíveis criadores de uma tentativa de DBGCR foi realizada uma pesquisa *on-line* com esparsos resultados. Poucos destes oficiais receberam alguma atenção, o que restringe o acesso às suas biografias. Aqui elencamos todos

os militares que escreveram sobre GR e que dispõem de informações publicadas. Este trabalho foi realizado no intuito de entendermos a relevância de tais oficiais, seja dentro dos meios militares, seja na sociedade como um todo. A falta de informações sobre a maior parte deles permite que levantemos duas hipóteses: primeiro, se os principais pensadores sobre GR no Brasil publicaram seus textos na ADN e não figuram em lugares de destaque, a sua colaboração não rendeu frutos ao ponto de alcançarem certa relevância. A segunda hipótese se refere ao fato de que muitas pessoas que teorizaram sobre GR atuaram também como agentes da repressão (como Thaumaturgo Sotero Vaz), uma atividade que exigia sigilo, assim, houve a necessidade de manterem-se no anonimato.

O mais ativo estudioso sobre GR na ADN se chama Amerino Raposo Filho, durante a publicação de seus artigos era coronel. Nascido em 20 de janeiro de 1922, ingressou na Escola de Oficiais do Realengo em 1940, graduou-se em artilharia em 1943. Foi um oficial da FEB durante a Segunda Guerra Mundial, foi um dos comandantes da artilharia brasileira durante a Batalha de Forno, na Itália. Escreveu diversos livros e artigos acerca da Doutrina Militar e Estratégias de Guerra. Faleceu no dia 20 de setembro de 2021, aos 99 anos.

O segundo mais ativo foi Carlos de Meira Mattos, à época tenente coronel. Nasceu em 23 de julho de 1913, integrante da FEB, participou do combate de Monte Castelo, foi ativo no golpe de 1964, tendo ocupado diversos cargos subordinados durante esse período, obteve título de doutor em ciências políticas pela Mackenzie com a tese Geopolítica e Trópicos e está entre os principais teóricos da geopolítica brasileira do pós guerra, tendo publicado 8 livros, além de ter sido comentarista de política internacional de três diferentes jornais brasileiros e publicado artigos em revistas militares. Morreu dia 26 de janeiro de 2007, aos 93 anos.⁴

Tenente Coronel Moacyr Potyguara nasceu em 1919, estudou em Paris, foi comandante do Comando Militar da Amazônia entre 1966 e 1967, chefiou o gabinete do Estado-Maior do Exército. Em 1970 foi nomeado pelo presidente Médici para chefe de gabinete do Ministro do Exército. Em 1974 foi nomeado para o comando do IV Exército. Faleceu em 2002.⁵

⁴ MATOS, Meira. Dicionário Bibliográfico FGV rev. 1964; interv. GO 1964-1965. <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/carlos-de-meira-matos> Acesso em 07/01/2022

⁵ POTIGUARA, Moacyr Barcelos. Dicionário Bibliográfico FGV Mil. Amazônia 1966-1967; comte. IV Ex. 1974-1976; ch. EMFA 1976-1977. <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/potyguara-moacyr-barcelos> Acesso em 07/01/2022

General Tristão de Alencar Araripe, nascido em 1894, foi Marechal do Exército, comandante da quarta e quinta região Militar, governador do Território Federal de Fernando de Noronha, presidente do Supremo Tribunal Militar e presidente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil. Foi comandante da Escola de Estado-Maior do Exército entre 1947 e 1948. Montou o Centro de Aperfeiçoamento e Especialização do Realengo. Publicou três livros: *Paraná — remanso de glórias* (1950); *Sobrevivência e segurança nacionais* (1950); e *Tasso Fragoso: um pouco de história do nosso Exército* (1960). Faleceu em 1969.⁶

O tenente Thaumaturgo Sotero Vaz foi comandante do Centro de Instrução de Guerra na Selva e do 1º Batalhão de Infantaria de Selva, também atuou no Comando Militar da Amazonia. A Comissão Nacional da Verdade divulgou relatório final com o nome do General, sendo responsável direto pela execução de um guerrilheiro e participado de sessões de tortura durante a Guerrilha do Araguaia. Apontado como observador brasileiro na sessão inaugural da Operação Condor. Comandou a 12ª Região Militar em Manaus, foi secretário do município durante o governo de Figueiredo. Morreu em 2015.⁷

O tenente coronel Ferdinando de Carvalho nasceu em 1918, formado na Escola Militar do Realengo em 1939, cursou Command and General Staff Officer Course nos Estados Unidos. Responsável pela apreensão de vinte cadernetas escritas por Luís Carlos Prestes que continham reuniões partidárias e nomes de militantes, além de contatos políticos que apoiavam o Partido Comunista, posteriormente foi instaurado um inquérito Policial-Militar para apurar as ações do Partido, sendo Ferdinando o chefe. Seu Inquérito prendeu 74 militantes comunistas e cassou 59 direitos políticos, tornando-se assim, especialista na repressão ao comunismo. Em 1975 proferiu uma conferência para membros da ARENA sobre a guerra revolucionária presente no Brasil, descreveu métodos de infiltração e formas de captação de jovens para os movimentos comunistas. Publicou *O arraial: se a Revolução de 1964 não tivesse vencido*, *O comunismo no Brasil: IPM nº 709* (4v., 1966), *lembrai-vos de 35* (1981) e *Os sete matizes do rosa*.⁸

⁶ ARARIPE, Tristão de Alencar. Dicionário Bibliográfico FGV. min. STM 1952-1964. Disponível: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/araripe-tristao-de-alencar> Acesso em 07/01/2022

⁷ VALOIS, Isabelle. Dicionário Bibliográfico FGV. Disponível: <https://www.acritica.com/channels/cotidiano/news/com-nome-incluso-no-relatorio-final-da-cnv-general-thaumaturgo-vaz-falece-aos-83> Acesso em 07/01/2022

⁸ CARVALHO, Ferdinando de. Dicionário Bibliográfico FGV. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/carvalho-ferdinando-de> Acesso em 07/01/2022

Por último, o almirante Murilo Vasco do Vale e Silva, nasceu em 1907, formado na Escola Naval do Rio de Janeiro, participou da Junta Interamericana de Defesa em Washington. Foi vice-diretor da Escola de Guerra Naval do Rio de Janeiro em 1958 e tornou-se Comandante da Base Naval de Salvador em 1959. Assumiu o Comando do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas de 1961 à 1963. Também exerceu o cargo de Comandante do V Distrito Naval de Florianópolis. Exerceu diversos outros cargos de alto escalão dentro da Marinha. Falecido em 1980.⁹

3. AS NOVAS CARACTERÍSTICAS DA GUERRA REVOLUCIONÁRIA

Uma série de conceitos-chave são levantados nas páginas da ADN. Buscaremos paralelizar os conceitos levantados pelos oficiais brasileiros para paralelizar com os autores franceses. É importante salientar que nem todos os conceitos considerados importantes para os brasileiros têm a mesma relevância para os franceses. Em geral, existem menções, no entanto, algumas elaborações dos brasileiros são tão fundamentais e importantes para seus textos que suas aparições nos correspondentes franceses aparentam ser mera formalidade.

Devemos primeiramente, ter estabelecido que todos os oficiais que escreveram na ADN têm uma postura de defesa da democracia quando falam de regimes. Todas as medidas que defendem são no sentido de preservar o estilo de vida ocidental e a democracia está incluída nisso, na maioria das vezes. A definição de democracia, no entanto, não aparece.

3.1 O que é uma guerra revolucionária

Existem diversas nomenclaturas para a GR, como expõe o tenente coronel João Perboyre de Vasconcellos Ferreira (A DEFESA NACIONAL, 1964, p. 14): “Ela tem sido chamada de guerra irregular ou subversiva, guerra insurrecional, guerra dos partisanos, "petit guerre" ou guerra de superfície.” No entanto, aqui trataremos sempre como Guerra Revolucionária, uma vez que é a denominação mais frequente, e provavelmente, a mais acurada.

⁹SILVA, Murilo Vasco do Vale de. Dicionário Bibliográfico FGV. DN 1963-1964; comte.-em-ch. Esquadra 1966-1967; ch. EMFA 1969-1971. Disponível: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/silva-murilo-vasco-do-vale-e> Acesso em 07/01/2022

Não existe uma conceituação única no pensamento militar presente na ADN, no entanto, uma certa direção é tomada. A princípio se percebe a clara vinculação que é feita entre revolução e o regime soviético, embora sejam feitas ponderações quando a possibilidade de outros conflitos serem revolucionários também.

Na sua luta, os soviéticos agitam o mundo com duas bandeiras - a do pacifismo e a do nacionalismo. Exploram, assim, de forma velada e inteligente, o sentimentalismo popular. Apela para as massas proletárias de toda a parte, incitando-as a lutarem contra o que denominam a opressão do capitalismo, sob promessas falazes de uma melhor e mais equitativa distribuição de riquezas. (A DEFESA NACIONAL, mar. 1965, p. 37)

Na bibliografia da DFGCR a ideia de guerra revolucionária (GR) é menos difusa. Há certo consenso em torno da ideia de que um inimigo interno, ainda que possa ser apoiado por forças externas, tenta alçar-se ao poder, assim, depondo o poder constituído. Como coloca Galula (1964 p. 3, tradução livre):

Uma guerra revolucionária é primeiramente um conflito interno, ainda que influências externas raramente deixem de influenciá-lo. Embora em muitos casos os insurgentes sejam facilmente identificados como grupos nacionais – indonésios, vietnamitas, tunisianos, argelinos, congolese, angolanos, isso não altera o fato estratégico importante de eles estarem desafiando o poder local estabelecido, a administração existente, a polícia e as forças armadas.¹⁰

Com o mesmo pensamento, coloca o coronel Trinquier (1964, p. 6, tradução livre):

Chamado às vezes de guerra subversiva ou guerra revolucionária, [...] agora é um sistema entrelaçado de ações políticas, econômicas, psicológicas, militares – que visa a derrubada da autoridade estabelecida em um país e sua substituição por outro regime. Para conquistar esse fim, o agressor tenta explorar tensões internas do país atacado – ideologicamente, socialmente, religiosamente, economicamente – qualquer conflito que possa influir profundamente na população a ser conquistada.¹¹

¹⁰ A revolutionary war is primarily an internal conflict, although external influences seldom fail to bear upon it. Although in many cases, the insurgents have been easily identifiable national groups—Indonesians, Vietnamese, Tunisians, Algerians, Congolese, Angolans today—this does not alter the strategically important fact that they were challenging a local ruling power controlling the existing administration, police, and armed forces. (GALULA, 1964 p. 3)

¹¹ Called at times either subversive warfare or revolutionary warfare, [...] is now an interlocking system of actions—political, economic, psychological, military—that aims at the overthrow of the established authority in a country and its replacement by another regime. To achieve this end, the aggressor tries to exploit the internal tensions of the country attacked—ideological, social, religious, economic—any conflict liable to have a profound influence on the population to be conquered. (TRINQUIER, 1964, p. 6)

Na mesma direção caminha a produção da ADN de abril de 1958. Aparenta haver consenso em torno da questão de que a GR é um conflito interno com influências externas, no entanto, neste caso, o fator externo tem importância maior, sendo necessária a influência externa para existir uma guerra revolucionária. É colocado que o conceito tradicional de GR não é claro, principalmente pelo fato de perceber a interferência de uma potência externa no centro da questão. Assim:

Julgamos mais objetivo considerar a Guerra Revolucionária como forma de agressão pela qual uma potência fomenta ou provoca, sem se empenhar diretamente, uma transformação política interna num dado país com o fim de o sujeitar à sua esfera de influência, de o neutralizar ou de obter quaisquer outras vantagens de ordem estratégica. A intervenção é realizada por intermédio de um Partido político – comunista ou não – previamente aliciado, organizado e preparado para o efeito. No caso geral, a potência agressora procura permanecer à margem da luta, sem intervir diretamente. Quando as circunstâncias a forçam a isso recorre a processos não formais – as conhecidas brigadas de “voluntários”, o auxílio material, etc. (A DEFESA NACIONAL, 1958 p. 10)

Em 1964 a conceituação permanece muito parecida:

É a guerra interna, de concepção marxista-leninista e de possível adoção por movimentos revolucionários diversos que - apoiados em uma ideologia, estimulados e, até mesmo auxiliados do exterior - visam à conquista do poder através do controle progressivo, físico e espiritual, da população sobre que é desencadeada, desenvolvendo-se segundo um processo determinado, com a ajuda de técnicas particulares e da parcela da população assim subvertida. (A DEFESA NACIONAL, mai. 1964, p. 31)

Fica evidente, também, a vinculação que é feita entre as GR e o regime soviético. Ainda, é colocado que na ONU os regimes comunistas fazem uma campanha em favor de movimentos revolucionários em todo o globo. Como coloca o Tenente Coronel Hernani Aguiar (1964, p. 32): “Há acepções em que Ação Revolucionária e Comunismo Internacional de tal maneira se entrelaçam com a GR que, com ela, chegam a tornar-se expressões quase sinônimas.”. Também, completa com uma conceituação de como entende a GR (Ibidem, p. 31):

É a guerra interna, de concepção marxista-leninista e de possível adoção por movimentos revolucionários diversos que - apoiados em uma ideologia, estimulados e, até mesmo, auxiliados do exterior, visam à conquista do Poder através do controle progressivo, físico e espiritual, da população sobre que é desencadeada, desenvolvendo-se segundo um processo determinado, com a ajuda de técnicas particulares e da parcela da população assim subvertida.

É interessante perceber o sentido de urgência que é colocado para combater o comunismo. Castelo Branco dá o alerta quanto a penetração da ideologia comunista no Brasil:

A ideologia comunista é pregada com muita pertinácia e energia. Já morreram muitos homens por ela e cada vez mais os seus adeptos se mostram obstinados, senão fanáticos. Penetra nos meios universitários e intelectuais e, caminha palmo a palmo em certas camadas do povo. (...) Esta luta ideológica atravessou o Atlântico e pode afirmar-se que ela já existe no nosso país. (A DEFESA NACIONAL, mai. 1963, p. 71)

Existe também o pensamento que a GR é uma ação efetiva soviética, devido a um suposto objetivo de controle mundial: “Se a dinâmica da política russa é o domínio do mundo, a sua estratégia de paz obriga a política a conduzir as guerras indiretas e de exportação configuradas plenamente na guerra revolucionária.” (A DEFESA NACIONAL, mar. 1963, p. 15)

A guerra subversiva ou revolucionária, que é uma das modalidades da guerra fria, conhecida e empregada desde a mais remota antiguidade, tem sido largamente utilizada nas suas conquistas, pelos russos, que a aperfeiçoaram e sistematizaram. (A DEFESA NACIONAL, mar. 1965, p. 45)

O Major Amerino Raposo Filho (A DEFESA NACIONAL, set. 1959) define Guerra revolucionária como um termo generalizado para guerras irregulares. Neste sentido, a guerra regular tem uma concepção filosófica definida, com leis e princípios, uma direção clara e intencionalidades previamente descritas. O objetivo da guerra regular é a destruição das forças regulares do adversário.

Assim, a guerra irregular, ou revolucionária, é colocada pelo Major como a base de partida para uma nova maneira de “destruir a vontade de lutar do adversário, não o atacando com forças regulares, mas de maneira clandestina e subterrânea, de modo irregular e naquele quadro de “um contra dez” de Mao Tse Tung.”.

Nesse sentido, é colocada a ideia de que o comunismo é constituído como o ponto de partida desse novo modo de fazer a guerra. Também aparece a ideia de que a Guerra Civil Espanhola (1936-1939) foi um laboratório para a evolução da Guerra Revolucionária.

Dentre as diferentes formas mapeadas pelo Major, as principais são: Guerra de guerrilhas, de Partisans e psicológica.

Por Guerra Insurrecional, devemos compreender toda a sorte de conflitos armados ou terroristas (atos de sabotagem, destruições e guerrilhas), visando o enfraquecimento do poder militar ou o colapso do poder político de uma nação, provocados por elementos nacionais ou não, estimulados ou apoiados por uma potência estrangeira. (Ibidem, p.81)

Com o conceito de comunismo aparecendo de pronto, devemos partir para uma análise mais aproximada do pensamento militar sobre o tema. É permanente o julgamento do comunismo, seja como projeto político, social, econômico ou mesmo como ideologia. Na grande maioria dos artigos analisados aparece algum tipo de comparação entre regimes comunistas e o regime vivido no Brasil¹². A temática é abordada muito brevemente em publicações francesas, onde os textos têm cunho muito mais técnico e prático do que os brasileiros. Pouco é refletido sobre as intenções sociais dos revolucionários, mas sim sobre suas intenções militares e como as impedir o sucesso. Já na ADN, o assunto “comunismo” é muito debatido. Aparece inclusive ser uma espécie de ensaio pedagógico para as próprias tropas (tendo em vista a circulação interna no exército), uma intencionalidade voltada para coibir quadros das FA a não adquirir simpatia por movimentos revolucionários. Essa preocupação, aparentemente, não existe nos textos franceses.

Atualmente, o comunismo exprime, em geral, a forma de governo adotada na Rússia soviética e na China Vermelha e traduz o domínio de alguns poucos homens que conquistaram o poder de modo violento, mediante uma revolução. Os que se acham no poder declaram governar em nome dos trabalhadores, mas, entretanto, usam a força e a falsidade para permanecer no governo, que possui e controla todas as propriedades. (A DEFESA NACIONAL, ago. 1960, p. 162)

Portanto, ao analisarmos os artigos da ADN podemos perceber uma sistemática tentativa de caracterizar o comunismo como algo ruim. São diversos artigos versando a temática.

Figura 3: Como vencer o Comunismo

¹² O regime brasileiro aparece sempre como sendo democrático (mesmo em artigos após 1964), cristão, liberal. O que existe é uma divisão entre civilização ocidental e o mundo comunista. O mundo oriental, não comunista não é alvo de reflexão.



Fonte: A DEFESA NACIONAL, ago. 1960, p. 162

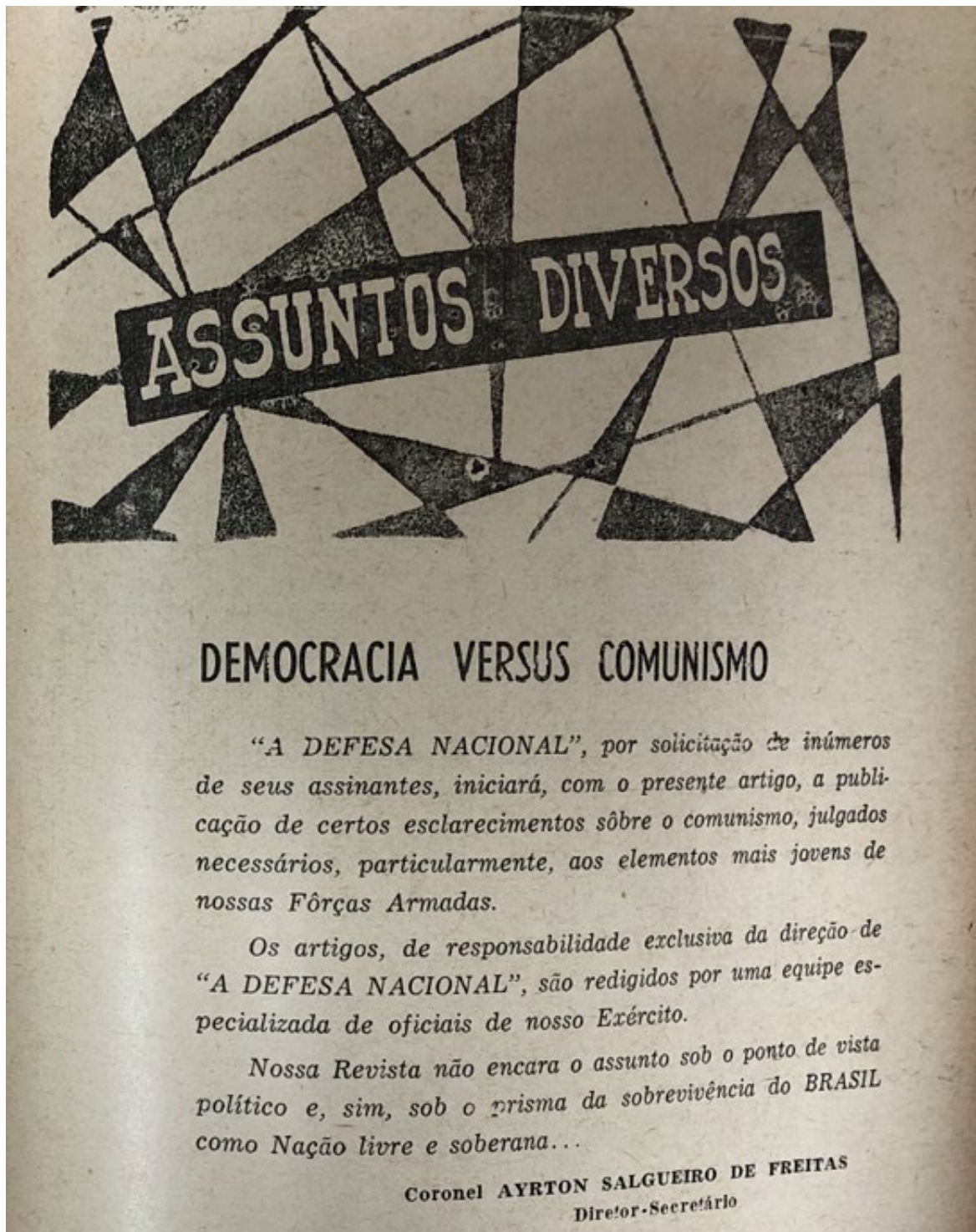
Assim, começam a aparecer campanhas propriamente, principalmente de instrução das tropas. Era necessário proteger o exército contra a sedução comunista:

Em uma série de artigos intitulados “Democracia versus Comunismo”, publicados entre 1960 e 1961, o coronel Ayrton Salgueiro de Freitas, à época diretor da ADN, explana longamente as características que considera intrínsecas ao comunismo.

Utilizando como ponto de partida o regime soviético, o coronel disserta sobre a educação, as lideranças, o regime de trabalho, a liberdade, a imprensa, a propaganda, o Partido, etc. A série faz parte de um grande esforço pedagógico da ADN para educar os quadros das FA, busca assim, “vacinar” as tropas contra possível impregnação comunista dentro do Exército.

Devemos começar atuando sobre a figura central de nosso sistema de governo – o indivíduo, o cidadão, você! Você pode ser ludibriado e tornar-se útil a um conspirador comunista? Sim, isto pode acontecer desde que você não conheça sequer, os princípios mais elementares do comunismo. (Ibidem, set. 1960, p. 3)

Figura 4: Democracia versus Comunismo



Fonte: A DEFESA NACIONAL, ago. 1962, p. 87

Dentro do escopo estratégico dos comunistas como organização, estão as guerras de guerrilhas. Assim, a guerrilha tem um papel marcante em todo tipo de publicação a respeito de guerras revolucionárias, principalmente pelo fato de que a GR é visualizada como uma célula incipiente que cresce na medida em que o tempo

passa. Também, os exemplos marcantes de guerrilhas com vistas à mudança de regime eram vistos praticamente como a única possibilidade da existência dela. Cuba em 1959, o Vietnã em 1946, a Argélia em 1954, etc. formulavam uma imagem, dentro dos meios militares, onde os golpes comunistas viriam de guerrilhas e guerrilheiros. Neste sentido, os guerrilheiros trabalhariam primeiramente em uma preparação do terreno, conquistando a população de um local específico delimitado pelo comando da guerrilha, para a partir daí, com o apoio do povo local, começar a sua mutação no sentido de tornar-se um gigante armado, capaz de desafiar o poder constituído.

Num solo trabalhado pelas contradições internas, particularmente econômicas e sociais e, algumas vezes políticas, a luta é lançada para a conquista física e psicológica das massas, tentando num segundo lance a tomada do poder por processos agressivos: a guerrilha. (A DEFESA NACIONAL, mai. 1963, p. 15)

Existe um grande consenso militar em torno da figura do guerrilheiro. O retrato pintado é de um homem ou mulher extremamente fiel às suas missões, incorruptível e de extremo caráter moral na defesa de suas ideias. A associação desse tipo de pessoas é o que formaria a guerrilha, em pequenos grupos, bem articulados e com missões claras e objetivas. Há também o consenso de que esse tipo de enfrentamento irregular é melhor aproveitado pelas forças revolucionárias, uma vez que sua ação pode ser executada rapidamente, e os rastros de quem efetuou o ataque podem ser apagados. Como coloca o tenente Thaumaturgo Sotero Vaz (DEFESA NACIONAL, 1961): “Já hoje em dia a ideia que pequenos grupos de homens resolutos, ardilosos, bem instruídos, possuidores de moral elevado e armados de tremendo poder de destruição podem ser a chave do sucesso no campo de batalha do futuro.”.

Bolívar Mascarenhas (Ibidem, 1961, p. 47) faz uma conceituação básica da guerrilha e do guerrilheiro:

A guerrilha é um processo de guerra empregado por aqueles (homens ou mulheres) que vivem numa área ocupada ou cercada pelo inimigo. O Guerrilheiro pode combater dentro de seu próprio país temporariamente sob domínio do inimigo, ou num país estrangeiro que lhe seja favorável, mas, no momento, sob o jugo de um inimigo superior.

Ainda, diversas características da guerrilha são apresentadas pelo tenente coronel (Ibidem; 48):

A guerrilha apresenta-se ao adversário como um inimigo eminentemente “fluido e fugaz”, nunca oferecendo um objetivo militar compensador 2) Está em toda parte e não está em parte alguma. 3) incansável, permanente, agindo de preferência na calada da noite, infunde constante expectativa e desassossego. 4) Vigilante, nunca perde uma oportunidade, um “cochilo” do adversário para acutilar de surpresa e sumir na penumbra. 5) incendeia, destrói pontes, mina estradas, interrompe ferrovias, dinamita oleodutos, tudo sem aparecer, sem se deixar apanhar, como se fora um fantasma onipresente e invisível. 6) assalta estacionamentos, depósitos, postos de suprimentos e ataca colunas em movimento com diabólico senso de oportunidade e sempre em momentânea superioridade seja em força, mobilidade ou de posição. 7) sua atuação embaraça quando não desorganiza, os melhores planos e impõe um estado de tensão que cansa e esgota os nervos mais rígidos. 8) sua tática deve estar sempre adaptada às realidades do meio físico (montanhas, caatingas, deserto, selva, etc.).

Seguindo, conforme a publicação de abril de 1958, “a guerrilha serve para flagelar as forças legais, roubar armamento e provocar um clima de insegurança permanente que acaba por afastar a população das autoridades.” (p. 15). Em seguida, a tese do artigo expõe que a guerrilha funciona como uma passagem entre uma unidade militar muito pequena e uma grande:

A militarização, isto é a edificação de uma máquina militar que é empenhada na luta à medida que vai sendo criada. De início, são organizados pequenos grupos de ação. Estes são depois reunidos para formarem bandos ou guerrilhas locais. Logo que os habitantes de uma região estão dominados e deixam de obedecer à administração legal, são organizadas milícias que, depois, vão dar origem a unidades territoriais e a unidades de intervenção.

Por outro lado, em análise do confronto na Argélia, o coronel Roger Trinquier (1964, p. 8, tradução livre) expõe que na verdade, a guerrilha pode perdurar e não necessariamente ascender a uma organização maior, muito devido à incapacidade orgânica das tropas:

Na guerra moderna não estamos realmente lutando contra um exército organizado com linhas tradicionais, mas com poucos elementos armados atuando clandestinamente dentro de uma população manipulada por uma organização especial. Nosso exército na Argélia tem mais de 300 mil homens armados com o equipamento mais moderno; seus adversários somam cerca de 30 mil, em geral mal equipados, apenas com armas leves. Se tivéssemos a oportunidade de enfrentar esse inimigo no campo de batalha tradicional, um sonho perseguido em vão durante anos por muitos comandantes militares, a vitória seria assegurada em questão de horas.¹³

¹³ In modern warfare, we are not actually grappling with an army organized along traditional lines, but with a few armed elements acting clandestinely within a population manipulated by a special organization. Our army in Algeria is in excess of 300,000 men supplied with the most modern equipment; its adversary numbers some 30,000, in general poorly equipped with only light weapons. If we were to have an opportunity to meet this enemy on the

Aqui percebemos uma diferenciação evidente da concepção francesa de guerrilha. A ADN, ao que parece, vincula quase que totalmente a GR à atuação de guerrilhas. Faz sentido quando pensamos nas experiências até então vivenciadas na América Latina. Essa percepção não encontra eco nos franceses.

Não estando mais limitada a uma tática militar especial, as guerrilhas têm consequências políticas e econômicas, que podem ser mais perigosas do que a ação direta das forças armadas. A guerrilha é uma chaga aberta, hoje, incomoda; amanhã, torna-se insuportável; em um mês, provoca um enfraquecimento e, mal cuidada, poderá mesmo provocar a morte. (A DEFESA NACIONAL, ago. 1960, p. 132)

No entanto, ainda assim, a noção de que a guerrilha é apenas um dos muitos métodos de GR existe, ainda que no senso geral não seja tão relevante:

A guerrilha, como um dos processos do vasto mecanismo da guerra revolucionária, aparece agora com o auxiliar modesto de uma engrenagem impressionante, cuja montagem é antes psicológica do que militar. (A DEFESA NACIONAL, mar. 1963, p. 15)

Em agosto de 1961, o tenente coronel Bolívar Mascarenhas produz um grande estudo sobre as ações de guerrilhas, na sua percepção ela se divide em duas. 1) ações em áreas de retaguarda de uma frente de ataque (5ª coluna e comandos). 2) ações de resistência ao domínio de um invasor (partisans e guerrilheiros).

Este tipo de ações foi agrupado pela literatura militar, erroneamente segundo o coronel, como “guerra irregular”, conforme coloca. A definição é insuficiente para diferenciar os dois tipos específicos elencados acima. Os “comandos” são tropas organizadas e instruídas, não são habitantes locais e usualmente são apoiados por forças do exterior. Têm um objetivo limitado e atuam com rápida e concentrada força. Assim, não são propriamente forças irregulares, mas forças regulares operando momentaneamente de forma independente.

Em contrapartida, a “guerrilha” é realizada no próprio território. Constitui na defesa da terra natal, que é o objetivo estratégico de suas operações. A proposta que a teoria militar dá para contemplar tais conceitos é feita de forma incorreta devido à

traditional field of battle, a dream vainly pursued for years by many military commanders, victory would be assured in a matter of hours. (TRINQUIER, 1964, p. 8)

velocidade em que os manuais militares tiveram de ser atualizados, principalmente devido às campanhas de Mao Tsé Tung, na China, do Viet Minh na Indochina, e da Frente de Libertação Nacional na Argélia. A teoria militar perdeu muito tempo imaginando que o advento da “guerra nuclear” suplantaria qualquer outra forma de batalha, dessa forma foram constituídas e desenvolvidas diversas ações de guerra inspiradas pelas nações comunistas.

Até a segunda guerra mundial, a guerrilha foi organizada por três razões estratégicas: 1) um povo conquistando tentando liberação; 2) um exército derrotado deixando guerrilheiros para preparar a reorganização; e 3) ações ofensivas planejadas e executadas em áreas de retaguarda para preparar um grande ataque.

Assim, é importante que compreendamos que no pensamento aqui elaborado, a guerrilha pode ser política ou não. A política são as guerrilhas com uma ideologia fundadora, onde a causa e motivo de existência está dentro de cada um de seus guerrilheiros, enquanto a guerrilha “não política” consiste em um pelotão que pratica atos de guerrilha em um contexto de guerra regular. A guerrilha pode ser de grande perigo para as forças regulares quando são do tipo político, como os exércitos de liberação. O controle deste tipo de guerra insurrecional é um problema dos militares, e eles devem ser organizados durante os tempos de paz, com propósitos militares definidos e com um Estado maior habilitado para sua direção e controle.

Em suma, aparenta haver aqui uma discordância do tenente coronel com os autores franceses. Uma vez que a perspectiva francesa do problema estaria englobada na primeira razão estratégica, a do povo buscando liberação. No caso brasileiro, a guerrilha é política. Uma categoria que, segundo o oficial, não é bem contemplada na literatura militar até o momento.

3.2 A Estrutura da Guerra Revolucionária

Para um melhor entendimento da GR os diversos autores utilizam o recurso de dividi-la em fases. Ao que parece, a divisão dos processos revolucionários permite aos estudiosos do tema uma compreensão que possibilita o combate com recursos de guerra formal. Pode-se perceber uma estrutura um tanto irredutível por boa parte dos oficiais que as construiu. Não existe muita margem para que a GR aconteça de uma forma diversa. A princípio, essa irredutibilidade aparenta ser uma defesa do conhecimento militar sobre o assunto, defendendo que conhecem intimamente a GR

e estão prontos para enfrentá-la uma vez que têm as respostas definitivas para cada momento.

Existem diferenças circunstanciais sobre a formulação da GR, os passos que ela segue para o domínio do poder. No entanto, as bases são as mesmas. Começa sempre por uma preparação prévia da população, um trabalho de militância e pregação. Passa para a organização de redes subversivas, onde aparecem as manifestações e iniciam-se as sabotagens. Em um terceiro momento acontece o período do terrorismo em si, onde grupos armados tentam impor o medo na população e corroer o poder estabelecido. O quarto passo seria a criação de um governo provisório em zonas liberadas e a busca por reconhecimento de outras nações. E por último, uma ofensiva final para a conquista do poder em todo o território, já com exércitos regulares.

Esta estrutura é compartilhada por diversos oficiais dentro da ADN, eles são Kleber Frederico Oliveira (A DEFESA NACIONAL, mai. 1964), Serzedelo Coelho (Ibidem, abr. 1958), Antônio Carlos Pacheco e Silva (Ibidem, mar. 1965), Amerino Raposo Filho (Ibidem, set. 1959; mar. 1960; abr. 1960), Carlos Meira Mattos (Ibidem, out. 1959) entre outros artigos sem autoria conhecida.

Para nos organizarmos: A primeira fase é o início da organização revolucionária, onde criam seus laços, formam suas ideias, instruem a militância, criam negócios e fontes de renda, estabelecem rotas de apoio internacional, etc. A segunda fase é a criação de um clima revolucionário. Aqui temos a parte da propaganda comunista, jornais, pichações, boataria, todos os mecanismos possíveis para propiciar um clima revolucionário. Na terceira fase aparece a passagem para a ação. Começam os ataques subversivos, desde sequestros, sabotagens, atentados, e a tentativa de formação de áreas pró-guerrilha. Um espaço geográfico dominado é extremamente importante para a longevidade da GR, uma vez que permite reabastecimento e um local propício para a segurança dos familiares dos militantes mais engajados. A quarta fase pode ser nomeada de “Rebelião”, aqui inicia o processo de insuflar a população geral à um levante contra o Estado. Quando a propaganda, as ações de terror e as guerrilhas estão funcionando corretamente, a população deve pender para o lado revolucionário, uma vez que percebe a ineficiência do poder constituído em manter a segurança e a ordem. A última e quinta fase é onde se iniciam as operações clássicas, onde as guerrilhas passam a formar tropas regulares para

expandir as áreas dominadas e encolher o espaço geográfico do Estado democrático (A DEFESA NACIONAL, mar. 1963).

A fase de operações clássicas, em geral, demanda a necessidade da ocupação de território, sendo esta a única etapa que aparece em todos os autores. Conforme é colocado na ADN (1963, p. 29): “Para que o exército regular seja formado é necessário que os Chefes da subversão controlem completamente um território importante. Eles o procuram em geral, em uma região difícil apoiada na fronteira de um país amigo.”

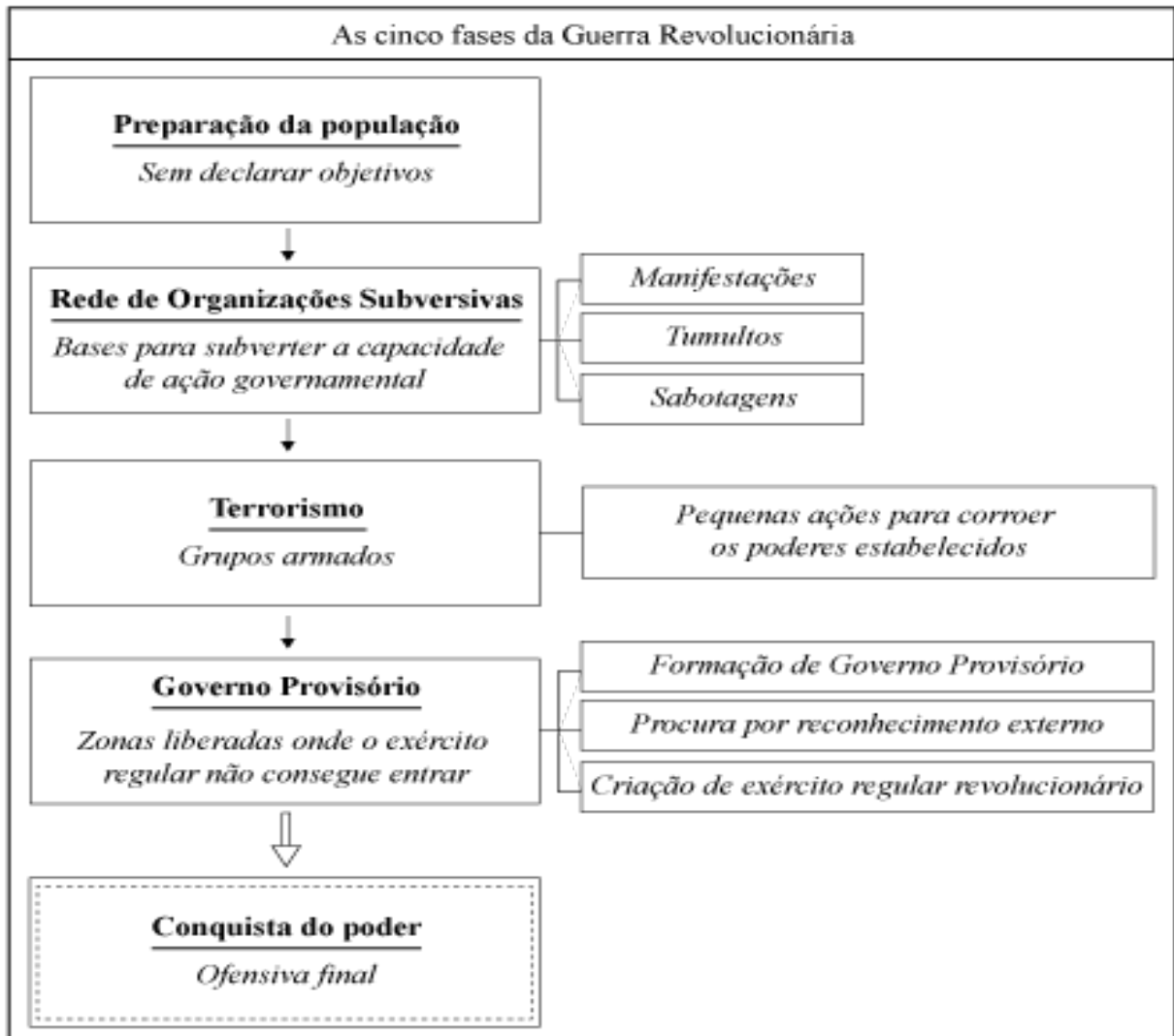
Em certo momento, aparece também a subdivisão da primeira fase, primeiro em um deslocamento do sistema político-social, ou seja, tentar alijar o Estado do convívio diário da população afetada, propiciando às populações de áreas onde a guerrilha é presente uma relação Estado-cidadão, onde a guerrilha faz o papel do Estado. (A DEFESA NACIONAL, set. 1961) Na segunda etapa aparece o desenvolvimento das operações de terror, algo que vamos dar ênfase em outro capítulo.

Já para o Major Serzedelo (A DEFESA NACIONAL, abr. 1958) a GR divide-se em três fases. Primeiramente, a fase inicial, ou fase preparatória, em geral clandestina e subterrânea, de longa duração. É a fase de agitação e de organização da infraestrutura revolucionária. Em seguida a fase intermediária, de flagelação armada e de ampliação da organização partidária, na qual o objetivo fundamental é a conquista e o domínio da população. E por fim a fase final, de luta armada, à maneira clássica, guerra civil, conduzida com pequenas e grandes formações militarizadas, em geral de curta duração e de efeitos rápidos e espetaculares.

Desta maneira, trifásica, também percebe o tenente coronel M. Potyguara (A DEFESA NACIONAL, ago. 1957). Aqui a GR é dividida entre Cristalização, Organização e Militarização, seguindo a mesma lógica do autor anterior. O que se pode perceber com o confronto dos artigos é um refino ao longo dos anos. Em 1957 e 1958, os autores entendiam a GR dividida em três fases, já em anos posteriores aparecem mais divisões, uma complexificação do entendimento sobre GR. Além de tudo, o contato com o esquema do autor francês Jacques Hogard produz uma sensação de “antes e depois” no leitor da ADN. O esquema do oficial francês foi amplamente divulgado em diversos artigos dentro da Revista. E é nele que provavelmente estão sendo baseadas as teorizações de cinco fases, mesmo que adaptadas. Não foi possível encontrar nenhuma menção de curso, livro, ou qualquer

outra forma de acesso à informação, no entanto, em 1963 passa a ser constante a citação de Hogard dentro da ADN. O esquema se dispõe da seguinte forma:

Gráfico 1: Fases da Guerra Revolucionária



Fonte: Elaborado pelo autor com base em A DEFESA NACIONAL (mar. 1963; ago. 1963; set. 1963; mar. 1965).

Os objetivos dos revolucionários nem sempre são bem estabelecidos por quem disserta sobre as GR na ADN. É motivo de discussão devido ao fato que o entendimento dos objetivos permitiria o fortalecimento ou recrudescimento da vigilância em pontos estratégicos. Nas próximas páginas abordaremos a disputa do apoio popular, lugar comum da tese central defendida pela ADN. Por ora, entendemos que os objetivos essenciais e estratégicos da GR passam pela conquista de corações e mentes da população. Essa lógica vai desembocar na extensa análise da

propaganda soviética e revolucionária, e a necessidade de contramedidas quanto a questão. Assim, a conquista da população seria o objetivo central da GR:

O que a ação revolucionária procura conquistar é então e essencialmente o pensamento do homem: primeiro como unidade, depois como grupo social e finalmente como nação. O domínio das "massas populares" é o objetivo primordial e chave do sucesso - é quase o único fator constante em todas as guerras revolucionárias. Tudo o mais é mutável, flexível, extremamente variável. (A DEFESA NACIONAL, mai. 1964, p. 31)

Acrescenta-se a isso, a compreensão de que o Brasil seria uma etapa da GR, importante, mas apenas mais um passo rumo à conquista do mundo:

Objetiva principalmente a desorganização e a desintegração da estrutura social do país, pelo enfraquecimento do potencial nacional, desprestígio das instituições e das autoridades legalmente constituídas e aniquilamento das classes produtoras, visando a implantação do comunismo em todo o mundo. (A DEFESA NACIONAL, mar. 1965, p. 45)

Essa perspectiva não encontra correspondência na DFGCR, uma vez que a disputa pelo apoio da população, evidentemente, é muito difícil no contexto colonial que a França está inserida. Destarte, podemos começar a perceber certa autonomia de pensamento, um descolamento entre a teoria francesa e a teoria brasileira.

Outra diferenciação evidente entre brasileiros e franceses aparece em artigo de dezembro 1958, onde explanando sobre os movimentos revolucionários pelo mundo, é advogada a ideia de que o comunismo é uma tática política utilizada por líderes de países colonizados, sendo muito pertinente devido a promessa de rápido desenvolvimento econômico e promissora capacidade de organizar a nação contra o domínio colonial. Já os franceses pensam a questão das eclosões anticoloniais como uma oportunidade visualizada pelos colonizados, tendo em vista o flagelo sofrido pelo Estado francês após a SGM. Também imaginam que a revolta anticolonial é levada a cabo por comunistas pelo fato de que seriam eles os insatisfeitos dentro das colônias, e não as forças dirigentes estabelecidas. A passagem a seguir demonstra a linha de pensamento defendida na ADN:

Já se tornou evidente que um bom número de líderes nacionalistas africanos, que anteriormente professavam ostensivamente seu apoio à política comunista [...] o fizeram unicamente por julgarem que isto serviria como arma tática eficaz contra a força colonial na luta pela independência. (A DEFESA NACIONAL, dez. 1958, p. 170)

Em abril de 1958 (p. 16) aparecem elencados três objetivos fundamentais da tática dos rebeldes:

Primeiro, separar as populações do poder legal e conjugar a vontade coletiva em torno dos motivos de luta enunciados pelo partido revolucionário. Depois, partir para a organização de uma vasta rede revolucionária que enquadre os vários setores da população e permita constituir bases de apoio (regiões onde a população confira apoio total aos revoltosos). Por fim, a militarização, isto é a edificação de uma máquina militar que é empenhada na luta à medida que vai sendo criada. De início, são organizados pequenos grupos de ação. Estes são depois reunidos para formarem bandos ou guerrilhas locais. Logo que os habitantes de uma região estão dominados e deixam de obedecer a administração legal, são organizadas milícias que depois vão dar origem a unidades territoriais e a unidades de intervenção. Por fim são reunidas para constituir grandes unidades.

Talvez a maior semelhança entre as análises brasileiras e francesas da guerra revolucionária seja a concepção do terrorismo como arma de guerra. Além da concordância está a ideia da centralidade do uso do terror para lograr êxito nas investidas de guerrilha e criação do medo em toda a sociedade, principalmente como estratégia de deslegitimar as forças oficiais na medida em que não conseguem proteger seus concidadãos.

O terrorismo, então é uma arma de guerra, que não pode ser ignorada nem minimizada. É como uma arma de guerra que devemos estudar. O objetivo da guerra moderna é o controle da população, e o terrorismo é uma arma particularmente apropriada, uma vez que visa diretamente os habitantes. Na rua, no trabalho, em casa, o cidadão vive continuamente sob a ameaça de morte violenta. Na presença desse perigo permanente que o cerca, ele tem a sensação deprimente de ser um alvo isolado e indefeso. O fato de a autoridade pública e a polícia não serem mais capazes de garantir sua segurança aumenta sua angústia. Ele perde a confiança no Estado, cuja missão inerente é garantir sua segurança. Ele é cada vez mais atraído para o lado dos terroristas, que são os únicos capazes de protegê-lo. O objetivo pretendido, que é fazer vacilar a população, é assim alcançado. (TRINQUIER, 1964, p. 16; 17, tradução livre)¹⁴

¹⁴ Terrorism, then, is a weapon of warfare, which can neither be ignored nor minimized. It is as a weapon of warfare that we should study it. The goal of modern warfare is control of the populace, and terrorism is a particularly appropriate weapon, since it aims directly at the inhabitant. In the street, at work, at home, the citizen lives continually under the threat of violent death. In the presence of this permanent danger surrounding him/ he has the depressing feeling of being an isolated and defenseless target. The fact that public authority and the police are no longer capable of ensuring his security adds to his distress. He loses confidence in the state whose inherent mission it is to guarantee his safety. He is more and more drawn to the side of the terrorists, who alone are able to

Na mesma linha coloca Galula:

A estratégia dos insurgentes era começar com uma onda de “terrorismo cego”, destinada a atrair publicidade para o movimento e espalhar o medo e a insegurança, e prosseguir com uma campanha de “terrorismo seletivo” por meio da qual adquirir o controle da população em muito pouco tempo. Depois que os rebeldes garantiram a cumplicidade voluntária ou forçada do povo (objetivo que alcançaram no início da guerra da Argélia), eles estavam prontos para lançar a guerra de guerrilha. A partir daí, eles foram preparados para prosseguir para compromissos de maior escala, se necessário. (GALULA, 1963, p. xviii, tradução livre)¹⁵

Essa percepção do terrorismo como arma de guerra dos insurgentes também pode ser averiguada na ADN. Conforme a edição de fevereiro de 1961, os grupos revolucionários buscam a “utilização da violência sistemática” e também a “generalização do terror”. Já na edição de junho e julho de 1961 (p. 56), percebe-se colocada a ideia de que o “terror” é uma arma a ser utilizada apenas em uma primeira etapa da tomada do poder. Um meio específico para o momento de “guerra fria” da guerra revolucionária, que será depois convertida em uma “guerra quente”: “Como é de regra, na guerra revolucionária, essa primeira fase da ação comunista se decompôs em duas etapas: a) deslocamento do sistema político-social precedente; b) implantação do terror.”

O terrorismo sistemático difere do terrorismo seletivo pelo fato de não ter em vista a supressão ou o afastamento dos indivíduos hostis ou cuja influência junto da população é prejudicial, mas procurar obter, apenas, um efeito psicológico de alcance geral. Para isso, os revoltosos assassinam sistematicamente as individualidades em destaque: banqueiros, grandes comerciantes, industriais, grandes proprietários, funcionários categorizados, etc. Estabelece-se, assim, um ambiente de terror que leva grande parte dos indivíduos visados a encerrarem as suas atividades e a fugirem. A economia do território é profundamente atingida. (A DEFESA NACIONAL, 1958, p. 15)

protect him. The intended objective, which is to cause the population to vacillate is thus attained. (TRINQUIER, 1964, p. 16; 17)

¹⁵ The insurgents strategy was to begin with a wave of “blind terrorism,” designed to attract publicity for the movement and to spread fear and insecurity, and to go on to a campaign of “selective terrorism” through which to acquire control of the population in a very short time. Once the rebels had secured the willing or forced complicity of the people (a goal they achieved early in the Algerian war), they were ready to launch guerrilla warfare. From there, they were prepared to go on to larger-scale engagements if necessary. (GALULA, 1963, p. xviii)

Em 1964, o terrorismo é dividido em dois tipos, o sistemático e o seletivo, essa diferenciação não aparece antes, talvez seja mais um caso de polimento da teoria:

O seletivo com a finalidade de eliminar determinadas pessoas, capazes de manter a população fiel à ordem vigente (elites tradicionais e o sistemático que não visa indivíduos, mas o povo em geral, com o fim de difundir o medo. Incide também sobre "coisas" de interesse coletivo, como sistema de transportes, colheitas, energia elétrica, etc. (A DEFESA NACIONAL, mai. 1964, p. 42)

O termo "terrorismo sistemático" aparece antes de 1964 algumas vezes, no entanto não tem uma oposição como no excerto anterior.

No "terrorismo" sistemático não se trata somente de fazer desaparecer, pela ameaça ou assassinio, tal ou qual personalidade hostil à causa ou temível por sua influência. O que se busca não é mais a supressão de um obstáculo, mas um efeito psicológico de alcance geral. (A DEFESA NACIONAL, ago. 1957, p. 95)

Em alguns momentos o terrorismo é colocado como uma parte da Guerra Psicológica (GP), onde constitui, juntamente com atos de sabotagem e sequestro, um grande arcabouço que visa manipular psicologicamente as massas, criando um ambiente de instabilidade. No entanto, a maior parte dos artigos da ADN e dos teóricos franceses trata o terrorismo como uma estratégia muito especial, ao ponto de ser necessária uma compreensão solitária dela, não fazendo parte de um arcabouço maior, como a GP.

No caso da GP, as elaborações caminham no sentido de entendê-la como parte intrínseca de todas as GR. Necessariamente a GR vai tentar agitar a sociedade e a deixar em polvorosa através de ações de GP.

Guerra psicológica, cujo principal escopo é o de abater o inimigo já declarado ou em potencial, buscando minar-lhes as reservas morais, aniquilar a vontade, desmoralizar os chefes civis e militares. [...] tem por objetivo principal convencer o adversário da sua inferioridade, de que a sua causa está perdida, porquanto a derrota será fatal - assim, todo e qualquer esforço ou sacrifício será pura perda. (A DEFESA NACIONAL, mar. 1965, p. 35)

A propaganda, agora sim, faz parte do arcabouço da GP, mas com destaque frente às outras formas, como sabotagens. A propaganda, como pensada aqui, é colocada como uma criação comunista, de extrema necessidade para a perpetuação de seus regimes e para a construção de novos países alinhados, principalmente tendo

em vista a necessidade de vender uma realidade imaginada, diferente da realidade de fato.

Existe também uma confusão que aparece continuamente entre propaganda e publicidade. Em inglês as duas palavras seriam traduzidas como *propaganda* e *advertising*. O primeiro, remete ao Estado, à ideologia e a divulgação de ideias, não necessariamente comunista, pois todos os governos publicizam inúmeras campanhas governamentais, por exemplo. No caso da segunda, normalmente se dá através de uma empresa buscando a venda de produtos ou serviços. Fato é que dentro da ADN parece haver a confusão quando é feita tal reflexão. Ao imaginar a propaganda soviética, pensam no conceito de propaganda, porém, ao imaginar a propaganda ocidental, pensam no conceito de publicidade.

Em artigo de agosto de 1957, intitulado “Democracia versus Comunismo pt. 2”, após longa defesa da tese onde a URSS cria e desenvolve a propaganda mundial em favor do comunismo, é exposta a ideia que dentro dos quadros revolucionários existem indivíduos que recebem treinamento em mais de seis mil centros de propaganda na URSS para levarem a cabo os planos comunistas ao redor do mundo.

Sob o ponto de vista militar, coloca o Almirante Murilo Vasco do Vale e Silva, a propaganda inimiga pode ser decomposta em três partes:

(a)ação psicológica estratégica empregada como elemento integrado e coordenado da estratégia; (b) ação psicológica tática orientada contra o pessoal inimigo, civil e militar, localizado na zona de combate de um teatro de operações, em apoio direto às operações de combate; (c) ação psicológica de consolidação dirigida sobre as populações amigas nas áreas de retaguarda, ou no território ocupado por forças amigas, com o propósito de facilitar as operações militares e obter a cooperação da população civil. (A DEFESA NACIONAL, mai. 1963, p. 19)

De modo mais prático, em 1956 foram elencados os principais modos de uso da propaganda pelos inimigos. Eles seriam divididos entre meios falados, escritos e visuais. O primeiro trata da utilização do rádio e de carros de som, o segundo fala dos jornais e panfletos, por fim, os meios visuais contemplam as ilustrações, os filmes, as peças de teatro e exposições (A DEFESA NACIONAL, nov. 1956).

A mistificação é orientada pelo processo das meias-verdades ou das mentiras sistemáticas, sem preocupação de apresentar argumentos para garantir-lhes a validade. Criam-se dogmas pela repetição incessante e segundo a escola reflexologia, as palavras deixam de ser veículos de ideias para serem estímulos que provocam na mente a apresentação de uma determinada

crença, de um determinado sentimento. t o processo da lavagem cerebral. (A DEFESA NACIONAL, mar. 1963, p. 18)

No recorte a seguir podemos perceber mais claramente a confusão entre propaganda e publicidade:

Todas essas linhas-mestras da guerra psicológica orientam a propaganda soviética que como veremos, por si só, garante a primeira fase da guerra revolucionária. Enquanto a propaganda democrática se fundamenta no postulado racionalista, uma espécie de extensão da publicidade comercial, procura convencer os clientes e adeptos, a técnica comunista não procura persuadir a mente, mas, como dissemos, lança mão de fatores objetivos como estímulos que vão imobilizando a função de raciocinar da mente automatizando-a como órgão sensorial de reações predeterminadas. (A DEFESA NACIONAL, mar. 1963, p. 23)

Assim, podemos perceber que a GR se estrutura de tal maneira a utilizar, além das questões práticas de combate, mecanismos que facilitem a incursão de suas guerrilhas pelo território adversário, seja amedrontando ou convertendo a população que ali habita.

3.3 O Caminho para uma insurgência bem-sucedida

Pontos para o sucesso da guerra revolucionária são levantados. Alguns autores reivindicam a necessidade imperiosa da ajuda externa, no entanto, o fator ideológico e moral nunca é colocado de lado. A causa revolucionária é sempre papel determinante na guerra revolucionária, sem ela, a população civil não abrigaria, nem se aliaria aos insurgentes. Como coloca Galula (1964 p. 31, tradução livre):

Em conclusão, (1) uma causa, (2) uma fraqueza policial e administrativa no campo contra insurgente, (3) um ambiente geográfico não muito hostil, e (4) apoio externo nos estágios intermediários e posteriores de uma insurgência – essas são as condições para uma insurgência bem-sucedida. Os dois primeiros são obrigatórios. O último é uma ajuda que póde se tornar uma necessidade.¹⁶

¹⁶ In conclusion, (1) a cause, (2) a police and administrative weakness in the counterinsurgent camp, (3) a not-too-hostile geographic environment, and (4) outside support in the middle and later stages of an insurgency— these are the conditions for a successful insurgency. The first two are musts. The last one is a help that may become a necessity. (GALULA, 1964, p. 31)

Pelo mesmo caminho segue a ideia na ADN. É colocada a centralidade de explorar as contradições da sociedade capitalista e, em alguns momentos, também é refletida a necessidade de que o povo tenha acesso aos bens de consumo para que não sejam seduzidos pela revolução.

A guerra revolucionária é perfeitamente artificial; sua causa manifesta-se através da vontade de uma organização política totalitária que quer conquistar o Poder para ela somente. Está claro que para dissolver a sociedade que ela ataca, esta organização deve utilizar todos os “antagonismos internos” desta sociedade: sociais, éticos, políticos e outros. Ela, porém, domina as populações mediante o emprego de técnicas, hoje, aperfeiçoadíssimas apoiadas numa ideologia bem escolhida e adaptada às massas que pretende conquistar. Mesmo uma sociedade relativamente equilibrada pode estar sujeita a uma guerra revolucionária. (A DEFESA NACIONAL. fev. 1961 p. 34)

Aqui também aparece a necessidade do apoio da população civil, algo que não aparece na DFGCR. Mais tarde revisitaremos o assunto, no capítulo chamado “A disputa do povo”:

As forças armadas e a polícia não. Podem, por si sós, preservar o País da ameaça da guerra revolucionária. É preciso que cada cidadão consciente procure combatê-la, neutralizá-la, esclarecendo a todos as suas finalidades e os perigos que ela representa para a nossa soberania, sem o que estaremos fadados a caminhar para uma das tiranias mais bárbaras registradas na história. (A DEFESA NACIONAL, mar. 1965, p. 52)

Em alguns momentos os artigos parecem estar escrevendo ao público revolucionário, tendo em vista as estratégias bem fundamentadas que articulam para o sucesso da GR, o tom que tomam leva a pensar que tiveram acesso aos materiais da insurgência e estão copiando nos seus artigos da ADN.

Deslocamento apenas de noite e agir por surpresa, por emboscadas, de preferência do anoitecer à madrugada. [...] as mulheres e crianças podem, vantajosamente, colaborar. [...] Em caso de ataque a comboios, convém estabelecer uma barragem, e atacar simultaneamente, a testa e a cauda da coluna de viaturas. (A DEFESA NACIONAL, abr. 1960, p. 125)

Também são elencadas bases de apoio para a Guerra Insurrecional (Ibidem, mai. 1960), elas são o que dão condições favoráveis ao seu desenvolvimento. Primeiro, deve haver um líder, em geral carismático. O líder deve ser capaz de criar guerrilheiros com espírito de luta superior ao dos combatentes de tropas regulares.

Aqui entra um aspecto “místico”, onde o líder deve evocar preceitos ideológicos que são fatores decisivos da coesão, disciplina e cumprimento de ordens. O fator moral é, provavelmente, o mais importante para a insurreição, tendo em vista o início pouco animador para seus militares.

A segunda base de apoio é o aproveitamento de uma área geográfica pouco habitada, de difícil acesso e fácil defesa. Esta localidade servirá de refúgio para as guerrilhas, mas também como ponto de irradiação e base de operações. A exemplo, o Saara para os argelinos da FLN, a caatinga para os jagunços de Antônio Conselheiro, e Sierra Maestra para os cubanos de Fidel Castro.

O terceiro e último pilar de apoio é o apoio da população civil nas áreas de atividade de guerrilha. Esse apoio pode ser espontâneo, virtude da simpatia pela causa, ou através da imposição, pelo terror, ou ainda pela neutralidade (população cega, surda e muda). Quando as três bases a tendência é um governo central enforcado e que fatalmente acabará rendendo-se aos rebeldes, fruto da incapacidade de sufocação.

Na ADN existem várias pistas de uma percepção da GR como uma guerra total. Algo que não é levantado pelos autores franceses. Ao que parece, o aspecto total da GR permite aos brasileiros a participação e importância em um conflito mundial, algo que de fato não é o sentimento francês, uma vez que o conflito não ocorre em território nacional e pelo fato de estarem no centro das diversas guerras ocorridas nos anos anteriores. Talvez, aqui, haja uma diferenciação no entendimento. Quando o francês fala de “total” ele está falando do uso inescrupuloso da população (mulheres e crianças), enquanto os brasileiros estão pensando na existência de uma guerra na totalidade do mundo. O Brasil estava, supostamente, na periferia da Guerra Fria, enquanto a França era um dos epicentros dela.

[...] empurra para o esforço de guerra todas as crianças, todas as mulheres, todos os velhos, tudo o que pensa, tudo o que vive, tudo o que respira com todas as suas forças de amor, todas as suas forças de entusiasmo e todas as suas forças de ódio e os lança na guerra. (LACHEROY, 1957, p. 3. Tradução livre)¹⁷

¹⁷[...]pousse dans l'effort de guerre tous les enfants, toutes les femmes, tous les vieillards, tout ce qui pense, tout ce qui vit, tout ce qui respire avec toutes leurs forces d'amour, toutes leurs forces d'enthousiasme et toutes leurs forces de haine et qu'elle les jette dans la guerre. . (LACHEROY, 1957, p. 3)

Isto estabelecido, aparecem diversas pistas que nos leva a pensar que havia um desejo de participação mais do que tudo. Os oficiais deixam escapar certa necessidade de estarem incluídos na conjuntura mundial de conflitos, e em alguns momentos até alargam a realidade para conseguirem ver o Brasil dentro do conflito.

Esta guerra é uma guerra total. Ela é total porque cada indivíduo é um objetivo da guerra revolucionária; porque todas as atividades de um estado, de uma sociedade, contribuem para criar neste indivíduo-objeto um estado de espírito. Em consequência, todas as atividades de um estado, de uma sociedade, devem ser consideradas em função da guerra revolucionária. (A DEFESA NACIONAL, mai. 1964, p. 30)

Também circula a ideia de uma URSS disposta a minar alguma espécie de “unidade americana”, portanto, estaria efetivamente, influenciando na América para trocas de regime. Tendo em vista a incontestável admiração professada pela ADN aos EUA (alvo final da URSS), o Brasil deveria, nesse sentido, colaborar com a manutenção dessa unidade.

A União Soviética alimenta, destarte, o propósito evidente de desintegrar a unidade americana e afastar as repúblicas latino-americanas dos Estados Unidos, de forma a enfraquecer a defesa do bloco ocidental, sabedora de que isso é fundamental à grande nação que lidera o nosso Continente. (A DEFESA NACIONAL, mar. 1965, p. 41)

O grande fator agregador entre as Américas seria um estilo de vida ocidental, cristão e democrático, que deveria ser mantido, uma vez que as primeiras medidas comunistas seriam para destruir a sociedade como se conhecia. Para tanto, no Brasil, estariam sendo organizados os grupos subversivos, e eles estariam balizados pelas experiências revolucionárias bem-sucedidas de Lenin e Mao Tsé Tung.

Como é sabido, a guerra revolucionária não se limita a estimular movimentos subversivos isolados, que ocorrem aqui e acolá, mas tem ambições muito maiores e visa uma guerra total, universal e permanente para a implantação de sua ideologia. Idealizada e planejada de acordo com as ideias de Hegel, Marx, Engels e sobretudo de Clausewitz, já foram os seus métodos aplicados por Lenine, Stalin, Kruchev, Mao Tsé-tung, Tito e tantos outros em várias partes do mundo. (A DEFESA NACIONAL, mar. 1965, p. 46)

Ademais, é possível perceber a crença em uma espécie de passividade da população brasileira, que precisaria, assim, ser protegida pelas FA, uma vez que não

compreendem a centralidade do Brasil, principalmente como nação possuidora de riquezas inigualáveis, algo extremamente almejado pelo bloco soviético.

Devemos olhar friamente para o futuro. Somos os guardiães de um grande país onde há imensas riquezas, enormes áreas inexploradas, possibilidades inesgotáveis. [...] nosso povo, ingênuo, bondoso, crédulo e pouco instruído, produto do cruzamento de raças místicas, fatalistas e resignadas, ainda não alcançou a sua maturidade política e dificilmente vê como perigosas as nuvens que se acumulam. (A DEFESA NACIONAL, jul. 1958, p. 172)

4. A REAÇÃO MILITAR PARA A VITÓRIA CONTRA A REVOLUÇÃO

Aqui contemplaremos os conceitos e características levantadas como essenciais para a vitória contra os revolucionários. Neste capítulo poderemos encontrar o caminho onde a DFGCR começa a se desvincular do pensamento geral dentro da ADN. Não existirá um momento onde algum fator da Doutrina francesa será criticado, no entanto, poderemos perceber que, nas entrelinhas, os oficiais começam a perceber certa falta de resposta para ações e procedimentos que consideram essenciais no combate contrarrevolucionário. A falta de respostas para questões importantes, principalmente vinculadas à realidade brasileira, permite que haja esse afastamento, e, como veremos a seguir, a constituição de um pensamento independente, que prima pela experiência histórica das FA brasileiras.

4.1 Avanços sociais, traidores e investimentos

Presente na maioria dos artigos que tentam encontrar saídas viáveis para o combate contrarrevolucionário, a defesa do recrudescimento dos investimentos militares é unanimidade. Existe, inclusive, uma visão um tanto fatalista, onde caso não haja investimento massivo em melhorias de equipamentos, treinamentos e aumento de pessoal, o país invariavelmente sucumbirá ao intento revolucionário.

Também aparece um tensionamento clássico das militâncias progressistas. O medo da derrocada do poder constituído faz com que a defesa de avanços sociais permeie os meios militares. A melhoria das condições de vida da população aparece

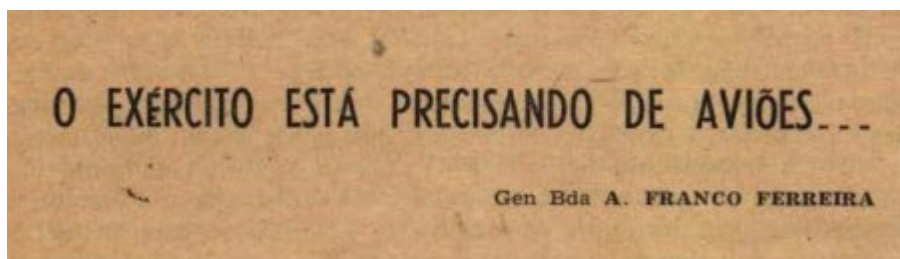
como um dos principais pontos para combater a “tentação” comunista e a simpatia da população pelos inimigos.

Obstáculos: a ação revolucionária é prejudicada quando a população visada apresenta: bom padrão de vida do povo, e sobretudo, índices relativos de melhoria neste padrão; adequada legislação protegendo o operário, o lavrador, o comerciário, etc; espírito religioso da população; - coesão social e política; repartição razoável da renda nacional; líderes democráticos valorosos, capazes de pelo seu alto padrão moral criar correntes de opinião antirrevolucionária. (A DEFESA NACIONAL, mai. 1964, p. 31)

Ao que parece, a percepção da necessidade do aumento de aviões para realizar ações de paraquedismo também era uma preocupação. É notório o papel dos paraquedistas e da força aérea em operações contrarrevolucionárias. Na guerra de independência da Argélia, o exército francês utilizou largamente os batalhões de paraquedistas. Figuras importantes para a criação da DFGCR foram, em sua maioria, líderes de grupos de paraquedistas. O fato é que a ação rápida, possível com o auxílio do paraquedista, foi teorizada como uma forma eficaz de ataque contra os grupos rebeldes.

Nesse sentido há uma pequena publicação que faz um apelo para o investimento em aviões. Segundo o general Franco Ferreira (A DEFESA NACIONAL, mar. 1963, p. 5), o investimento em aviões militares se faz necessário para que seja possível: “o transporte aéreo de pequenos elementos de tropa com missões de destruição, de interdição ou de ocupação de pontos sensíveis do terreno situado nas áreas muito avançadas da zona de ação da Divisão”.

Figura 5: O Exército está precisando de aviões...



Fonte: (A DEFESA NACIONAL, mar. 1963, p. 4)

Essa visão da importância dos paraquedistas para a contrarrevolução é ponto central de convergência entre quaisquer estudiosos sobre o tema. No caso dos franceses, podemos observar no livro de memórias de Paul Aussarresses (2001) a

importância central da atividade. O próprio escritor atuava como paraquedista e analisa, através da sua perspectiva de combate, a importância das ações ordenadas de paraquedistas.

Embora pareça normal que uma classe defenda o aumento de seus soldos e melhores condições de trabalho, neste caso da ADN há uma diferença crucial: a visão fatalista. Há um enorme peso nas palavras escritas nas páginas da Revista. Por vezes aparenta ser uma súplica, como se os oficiais previssem um ataque iminente e a sua falta de recursos fosse crucial para uma derrota definitiva.

Angustiadamente a Tropa cogita nas formas e composições que lhe poderiam proporcionar maior alívio, maior número de recursos, maior conforto, mobilidade e proficiência. Através todos os postos e graduações, a renitente interrogação se repete, em tortura incessante, esbarrando nas restrições mais diversas, das quais a mais insistente e taxativa é a falta de verbas capazes de cobrir as necessidades que todos percebem. (A DEFESA NACIONAL, abr. 1961, p. 52)

Na edição seguinte da ADN, aparece mais um artigo defendendo o aumento de recursos para efetivos militares. É informada a capacidade de destruição massiva das bombas nucleares soviéticas. Em algumas horas as principais capitais da Europa ocidental podem ser atingidas por bombas que acabariam com suas existências. Por conseguinte, o problema de como lidar com a população civil a ser defendida é o tema abordado. Aqui o Brasil é colocado como um rival da URSS, onde um ataque nuclear deveria ser levado em conta, uma vez que o país estaria ao lado das democracias, ou do ocidente.

É defendida a ideia de que não é possível proteger a população em caso de ataque nuclear, sendo mais efetivo a ampliação dos sistemas de defesa. A construção de abrigos fornece apenas a ilusão de proteção, enquanto sistemas arrojados de defesa fornecem a proteção real. Portanto, o vínculo entre a existência do mundo ocidental e o pressuposto para a defesa militar é defendido.

Nenhum oficial contestaria que toda diminuição de créditos militares constituiria um erro trágico, cujas consequências poderiam ser desastrosas para o futuro do mundo ocidental. Porém, o erro não seria menos trágico, cujas consequências não seriam menos desastrosas se os governos não adquirissem, muito rapidamente, consciência do perigo que ameaçaria o mundo livre, caso a proteção civil, no seu sentido mais amplo, não fosse rapidamente organizada de maneira verdadeiramente importante e eficiente. (A DEFESA NACIONAL, mai. 1961 p. 85).

Também, é colocado um dilema importante: é evidente que o aumento substancial dos gastos militares fará com que o padrão de vida das massas diminua, no entanto, o povo deve saber se querem ou não sobreviver a um terceiro conflito mundial. Caso os gastos militares não sejam aumentados, deverá ser realizada uma diminuição significativa das forças militares, principalmente devido ao fato de que elas não poderão cumprir a missão de batalhar em uma guerra nuclear. Por fim, o texto argumenta que esta é uma “estratégia de vida” e que ali está disposto um grito de alarme para o mundo livre. Neste último caso, não está diretamente vinculada a GR e a guerra nuclear, no entanto, logo em seguida, na mesma edição, aparecem artigos versando a ligação inexorável entre a URSS e as GR que estavam eclodindo no mundo. A escolha editorial de colocar estes dois artigos, um após o outro, leva a imaginar uma vinculação entre as ideias.

Uma característica importante de diferenciação entre os brasileiros e franceses é a importância que dão para voltar os olhos à própria instituição militar. Nenhum autor francês está preocupado com possíveis cisões internas no exército. Não existem percepções de que possam haver diferenças essenciais e que possam nascer dissidências. Por outro lado, na ADN aparece a defesa reiterada de defender certas posições e educar os militares para justamente combater possíveis dissidências. É evidente que por combater fora do seu território, os franceses não se atenam a esta preocupação, no entanto, para os brasileiros esta parece ser importante. O “aliciamento” é um termo usado largamente nas páginas da ADN, e que é possível acontecer em todo e qualquer lugar. Nenhum militar francês se preocupa com um colega de farda dissidente lutando pela independência da Indochina ou Argélia.

O tenente coronel Ferdinando de Carvalho elenca sete pontos fundamentais que os oficiais têm de estar atentos em suas tropas:

1 Aliciamento de elementos dos quadros de praças, a fim de enfraquecer a autoridade dos oficiais, minar a hierarquia e a disciplina. Esse aliciamento era efetuado na base da propaganda e da concessão direta de vantagens. 2 Debilitação do espírito militar pelo emprego das Forças Armadas em missões secundárias e, em geral, incompatíveis com as características e o equipamento das organizações militares, como proteção de organização, comícios comunistas, personalidades políticas, etc.; 3 Nomeação comandos incompetentes e desmoralizados; 4 Promoções inadequadas, preterindo a competência profissional e os valores morais; 5 A remuneração deficiente; Empreendimento de campanha de desmoralização movidas por certos órgãos da imprensa, sob os pretextos mais diversos; 6 Insuflamento de Civis contra militares, valendo-se, sobretudo, de problemas salariais; 7

Caracterização de um suposto militarismo, retrógrado e totalitário. (A DEFESA NACIONAL, set. 1962, p. 54-55)

Também aparece o levantamento de medidas-alvo para as FA. Tais medidas propiciariam que o exército não sucumba por problemas internos ao longo do combate aos revolucionários:

1 - Chefia democrática sadia 2- Organização bem planejada, associada à liberdade de improvisação; um mínimo de - formalidades burocráticas. 3 - Autodisciplina democrática. Temos fé nas próprias instituições? 4- Informações e comunicações livres de embaraços. 5 - Liberdade de religião; integridade moral. 6 - Lealdade mútua e responsabilidade amadurecida; espírito de colaboração. 7 - Vigilância mental; a importante psicologia de uma lúcida consciência dos problemas da nossa época. 8 - Sentimento de participação e de ser aceito. 9 - Sentimento de justiça, de liberdade, de inviolabilidade do mundo privado. 10 - Confiança em que há especialistas prontos a prestar auxílio de emergência (especialistas em higiene. mental, clérigos, Cruz Vermelha, Defesa Civil, socorros médicos de urgência). (A DEFESA NACIONAL, mar. 1965, p. 53)

Retomando o tema dos investimentos na sociedade, quando percebida a franca defesa de avanços sociais na ADN uma longa pesquisa nos livros franceses foi realizada. Nada foi encontrado. Não existem menções a ações políticas que devam ser realizadas para melhoria das condições de vida da população local. É intrigante perceber que os oficiais brasileiros percebem a sua atuação não só como militar, mas também política, enquanto os franceses se atêm apenas às tratativas militares da questão. Mais que isso, quando confrontada com a realidade da época, fica claro que as populações dos locais onde os franceses combatiam não eram prioridade para nenhum dos autores. Enquanto isso, os brasileiros escrevem largamente sobre as possibilidades de o povo brasileiro ser seduzido por ideologias às quais eles consideram prejudiciais à nação.

Podemos compreender a perspectiva francesa quando analisamos o relato de Lacheroy sobre como, utilizando a pobreza extrema da população, produziam um “novo homem” nas prisões da Indochina:

Colocamos no vácuo. Ao final de um certo tempo, sob o clima tropical, levando em conta o baixíssimo padrão de vida, no limite da miséria, ou o ser humano está morto e então o problema está resolvido, ou então ele precisa de toda a energia que lhe resta para simplesmente continuar a viver, para não morrer. Assim, neste ser achatado, esculpimos o novo homem, esculpimos introduzindo os primeiros novos, sempre verdadeiros, mas artificial e habilmente truncados, apresentamos os lados da luz, nunca os da sombra,

os sucessos, nunca os retrocessos. Em geral, para um certo número de seres, isso é suficiente. (LACHEROY, 1957, p. 8. Tradução livre)¹⁸

Assim, mesmo que as tentativas revolucionárias tenham sido derrotadas no Brasil, pode-se perceber que geraram um tensionamento tal que seus “inimigos” combatentes defendiam avanços sociais típicos das ideologias que estavam combatendo, como a prevalência do coletivo sobre o individual, por exemplo.

O regime democrático, para equacionamento desses dois valores, tem que se aperceber da necessidade de renovação dos seus institutos básicos, criando, também, uma prevalência do social sobre o individual. Cabe à nossa inteligência estabelecer etapas para essa renovação, e inteligência como atributo social, quer dizer: educação. (A DEFESA NACIONAL, mar. 1963, p. 29)

Conforme defende o coronel Ayrton Salgueiro de Freitas (Ibidem, jul. 1957), o comunismo tem especial atração para aqueles que vivem em situação de pobreza, uma vez que o movimento advoga ser um eficiente método de terminar com a miséria no mundo.

Não haverá em qualquer parte do mundo movimentos de guerrilhas se as condições econômicas e políticas forem suficientemente satisfatórias. A massa dos guerrilheiros marcha, porque acredita num objetivo político e é isso que permite seus chefes dirigi-la. Se, ao contrário, esses mesmos guerrilheiros descobrirem que lhes será possível viver dignamente, sem necessidade de roubar ou de passar fome, que terão um terreno para cultivar e um teto para se abrigar, não sentirão mais qualquer necessidade de lutar. (A DEFESA NACIONAL, ago. 1960, p. 145)

Em suma, podemos entender que no campo político havia a defesa dos investimentos em avanços significativos do padrão de vida da população, bem como em modernização e ampliação dos aparatos de defesa. É certo que a defesa de maiores investimentos militares aparece independente da época em que se lê artigos militares, no entanto, aqui não há necessariamente a defesa de aumentos de soldos, a realidade é o contrário, é raro que se defenda um salário maior, mas consistentemente aparece a demanda por uma reestruturação da capacidade

¹⁸ On le mettait dans le vide. Au bout d'un certain temps, sous le climat tropical, compte tenu du niveau de vie très bas, aux limites de la misère, ou bien l'être humain est mort et alors le problème est résolu, ou bien, il a besoin de tout ce qui lui reste d'énergie pour continuer tout simplement à vivre, pour ne pas mourir. Alors, dans cet être mis à plat, on taille l'homme nouveau, on le taille en introduisant les premières nouvelles, toujours vraies d'ailleurs mais artificiellement et adroitement tronquées, on présente les côtés de lumière, jamais ceux de l'ombre, les succès, jamais les revers. En général pour un certain nombre d'êtres, cela suffit. (LACHEROY, 1957, p. 8)

dissuasiva das FA. Além do mais, a perspectiva de que possíveis traições ocorressem dentro das instituições militares é uma característica muito presente, e que demonstram que os militares não estavam formados em uma unidade, nem naquele momento, nem em toda a sua história.

4.2 Contrapropaganda e Ação Psicológica

Os teóricos franceses fecham consenso em torno da necessidade de eliminar por completo todo o movimento revolucionário, segundo o que defendem, não existe possibilidade de esgotar a guerra, nem por meio de acordos, nem por meio da derrocada das lideranças. Existe grande preocupação do retorno de guerrilhas dispersadas anteriormente, para tanto, seria imprescindível derrotá-los em sua totalidade, para nesse momento sim, finalizar a guerra.

É essencial perceber que na guerra moderna não enfrentamos apenas alguns bandos armados espalhados por um determinado território, mas sim uma organização clandestina armada cujo papel essencial é impor sua vontade à população. A vitória só será obtida com a destruição completa dessa organização. Este é o conceito-chave que deve nos guiar em nosso estudo da guerra moderna. (TRINQUIER, 1964, p. 9, tradução livre)¹⁹

No entanto, aqui percebemos uma frontal discordância entre franceses e brasileiros. De forma geral, podemos perceber os oficiais brasileiros defendendo um enfrentamento com o núcleo da organização. Entendem a guerra como um núcleo mal-intencionado que arrebatava seguidores entre os desesperados, iludidos e inocentes.

A vitória contra a Revolução, armada ou não, repousa essencialmente na destruição do “núcleo” revolucionário. Este “núcleo” deve ser considerado como o verdadeiro inimigo. (A DEFESA NACIONAL, ago. 1961, p. 40)

¹⁹ it is essential to realize that in modern warfare we are not up against just a few armed bands spread across a given territory, but rather against an armed clandestine organization whose essential role is to impose its will upon the population. Victory will be obtained only through the complete destruction of that organization. This is the master concept that must guide us in our study of modern warfare (TRINQUIER, 1964, p. 9)

É provável que a diferença da percepção da questão ocorra devido ao fato de os militares brasileiros estarem em uma disputa interna, contra cidadãos do próprio país, enquanto o exército francês combatia em colônias, contra inimigos considerados estrangeiros, ainda que a Argélia fosse considerada França. O fato de lutar contra inimigos nacionais computa uma característica interessante à forma que os brasileiros percebem o confronto. Muitas vezes, os autores, percebem a população como indefesa frente à sedução revolucionária dos guerrilheiros. A população é tratada como um “ativo” que deve ser disputado com os revolucionários. Aquele que conquistar o apoio da população logrará a vitória. Também pode ser percebido que na ADN não há nenhum tipo de defesa da eliminação total das guerrilhas, talvez porque nelas estão seus companheiros de pátria, o povo inocente cooptado.

a) não tratar de igual para igual o movimento revolucionário; se assim o fizermos, estaremos trabalhando pelo seu sucesso. (b) todo território onde eclodiu uma revolução armada deve ser material e moralmente isolado do exterior. (c) O processo revolucionário pode ser tanto mais facilmente bloqueado, quanto mais cedo for combatido. (d) A tática e a estratégia da luta antirrevolucionária devem ser gerais e combinar meios de toda natureza: psicológicos, administrativos, econômicos, sociais e culturais, visando conservar com o governo o apoio da população, que deve ser dissociada dos guerrilheiros. (e) Todas as ações antirrevolucionárias devem ser sujeitas a um comando único. (f) O objetivo principal e permanente deve ser a destruição da máquina político-administrativa do adversário. (A DEFESA NACIONAL, mai. 1964, p. 43)

Como pode ser percebido no excerto, o objetivo é atacar a liderança do movimento oposicionista. Tal observação, quando postas em oposição com Trinquier, Galula, Lacheroy, ou melhor, com a ausência de tais observações em seus livros, permite que imaginemos caminhos diferentes nas observações de guerra contrarrevolucionária entre um e outro. É provável que aqui haja mais um desentendimento entre franceses e brasileiros. Lacheroy em conferência de 1957 fala da destruição de uma vanguarda, e que isso acarretaria na queda de toda a organização revolucionária, no entanto, isso se daria após a desconfiguração total de todas as redes de comunicação, as formas alimentares de toda população, e controle repressivo da população civil como um todo.

Em fevereiro de 1961 são elencados princípios da tática contrarrevolucionária, em um destes princípios é defendida a mesma posição anterior (A DEFESA NACIONAL, fev. 1961, p. 40): “A vitória contra a Revolução, armada ou não, repousa

essencialmente na destruição do “núcleo” revolucionário. Este núcleo deve ser considerado como o verdadeiro inimigo.”.

Como “núcleo” o autor considera uma rede de quadros revolucionários: os agitadores, os propagandistas e os matadores. Nesse momento, em que os quadros ainda não conquistaram parcela significativa da população é que a ação das forças legais deve se dar, justamente por ser mais efetiva.

Além de lidar com a destruição total ou do núcleo da organização revolucionária, existe a atenção para as ações revolucionárias que visam a população. Com a importância da propaganda no contexto de pensamento geral da ADN, é possível imaginar que as estratégias para lidar com tais mecanismos sejam amplamente debatidas. Deste modo, a contrapropaganda é percebida como um dos principais mecanismos para um combate bem sucedido aos revolucionários. Ela seria movida principalmente com o intuito de neutralizar os efeitos da propaganda inimiga, mas também para angariar apoio à causa das FA, que é considerada a causa nacional, frente aos revolucionários, em uma causa antinacional.

A contrapropaganda visando neutralizar os efeitos da propaganda inimiga e conquistar a opinião pública para a causa do governo, incentivando certas pan-ideias tais como - espírito de manutenção da ordem, desejo de segurança social e economia da nação, sentimento de prestígio nacional etc. Se necessário, medidas preventivas mais enérgicas devem ser tomadas, como a prisão e confinamento dos líderes da insurreição. De uma coisa podemos estar certos - sem o apoio ou, pelo menos, a simpatia da população civil da área envolvida, a guerra insurrecional não terá campo para desenvolver-se, morrerá por si mesma. Daí a importância fundamental das medidas visando impedir -que os guerrilheiros contem com a ajuda o~ simpatia da população civil. (A DEFESA NACIONAL, out. 1959, p. 86)

É possível perceber um consenso geral sobre a importância da contrapropaganda como medida central na disputa contra os revolucionários. Também é verificável certos estímulos à criação de métodos de controle, que mais tarde, como sabemos, seriam usados de forma indiscriminada, e não apenas para combater inimigos do regime.

é imperioso, é urgente, é necessário, que no nosso país se organize um sistema de controle, vigilância e de contramedidas que neutralizem a ação da propaganda, instrumento da guerra psicológica que se trava no mundo em nossos dias, e na qual estamos envolvidos, seja no campo externo, seja no campo interno. (A DEFESA NACIONAL, mai. 1963, p. 28)

Destarte, a defesa da contrapropaganda aparece atrelada a uma campanha pedagógica, com o objetivo de instruir o povo sobre os malefícios que traria um governo dos inimigos. Buscava-se assim, conquistar o apoio popular, talvez a mais central das teorizações realizadas pelos oficiais na ADN.

A propaganda e a campanha de esclarecimento são fatores de mérito que a democracia deve empregar ao máximo. As suas virtudes devem ser ressaltadas. (A DEFESA NACIONAL, mar. 1963, p. 31)

A mesma perspectiva é tomada pelos franceses, no excerto a seguir, Lacheroy coloca três pilares para o enfrentamento da GR, sendo as medidas psicológicas e de propaganda parte imprescindível da campanha das forças do Estado:

Sempre de acordo com os princípios desta guerra revolucionária que coloquei no fundo da mesa. A este nível, existem três tipos de medidas a tomar: medidas político-policiais (este não é o nosso departamento); medidas psicológicas e medidas de propaganda.²⁰ (LACHEROY, 1957, p. 10. Tradução livre)

É importante que seja compreendida a diferença entre a Ação Psicológica e a Guerra Psicológica (GP), abordada anteriormente. A GP tem como objetivo atingir o inimigo, constitui o conjunto de ações empreendidas contra a moral do adversário. Enquanto a ação psicológica tem por objetivo o ânimo dos aliados e da população.

Defendida em artigo de 1965, a ação psicológica teria sido, em tese, popularizada pelo Exército francês e teria eficácia determinante para elevar a moral das tropas frente a um inimigo mobilizado. Assim, a ação psicológica é o conjunto de atividades que tem por objetivo a manutenção da moral de tropas amigas, mas também da população e demais aliados, também com o propósito de cooptar a simpatia geral para deter o apoio de neutros e a opinião pública.

É o conjunto de ações de âmbito local, de cunho tático, de tipo defensivo e de caráter predominantemente psicológico, desenvolvidas nos diversos campos da esfera governamental, tendo em vista: de um lado, enrijecer a formação moral e cívica da população, fortalecer sua consciência política, aglutiná-la aos seus dirigentes e às suas instituições, fornecer-lhe meios eficientes de autodefesa individual e coletiva face à ofensiva da Subversão

²⁰ Toujours d'après les principes de cette guerre révolutionnaire que j'ai placée en fond de tableau. Sur ce plan, il y a trois types de mesures à prendre : des mesures politico-policières (ce n'est pas notre rayon) ; des mesures d'ordre psychologique et des mesures de propagande. (LACHEROY, 1957, p. 10)

ou da Guerra Psicológica que sobre ela se desencadear; de outro, robustecer a moral das tropas amigas, tornando-as..., invulneráveis aos efeitos da Guerra Psicológica (A DEFESA NACIONAL, mai. 1964, p. 31)

Percebamos também a data das publicações, todas elas alguns anos depois do capítulo citado. Isso indica que, após a discussão sobre a necessidade imperiosa de conquistar o povo, talvez tenha sido elaborada uma forma mais objetiva do que a teoria para realizar tal disputa, o golpe de 1964. A ação psicológica, então, seria uma política militar com destino duplo, militares e civis. Deve haver um comando central, uma secretaria, e deve ser utilizada por diferentes escalões das FA.

[...] a guerra e a ação psicológica seriam, essencialmente, atos do governo. Em escalões inferiores, devem ser conduzidos pelos chefes dos corpos e comandantes de unidade (sobretudo no que se refere à conservação do moral); por tropas e serviços especializados (companhias de alto-falantes, etc.) no ataque ao moral do inimigo. A coordenação seria essencial nessa matéria. (A DEFESA NACIONAL, mar. 1965, p. 32)

Também é falado sobre a criação de uma divisão psicológica, que deve estudar dinâmicas distintas das normalmente abordadas pelas forças militares. A ação psicológica também tem um fator pedagógico sobre as tropas, uma vez que coibiria deserções para o lado inimigo.

Os encarregados da divisão psicológica das forças armadas precisam ter conhecimento da dinâmica cerebral; dos instintos, sobretudo de conservação, de defesa, de agressividade; dos reflexos condicionados; de psicanálise; dos mecanismos de defesa, das lutas que -se estabelecem entre o consciente e o inconsciente do homem.- Sem esses elementos impossível se toma agir sobre os seus semelhantes, sobretudo quando se trata de optar entre a vida e a morte, o cumprimento do dever ou a deserção, a glória ou o próprio. (A DEFESA NACIONAL, mar. 1965, p. 33)

Ainda, a divisão psicológica deve estar preparada para alterar a sociedade entre estados de guerra e de paz. Isso nos permite visualizar que os militares enxergavam suas funções muito além das de defesa, uma vez que não falam sobre governo ou membros civis do Estado em tais teorizações.

Os encarregados da divisão psicológica, os indivíduos escolhidos como observadores e os chefes dos serviços de informações devem ser, por isso, rigorosamente escolhidos entre pessoas de expediente, diligentes, decididas, resistentes, dotadas de grande energia psíquica, capazes de não só manter elevado o moral coletivo, como ainda de restabelecer o curso normal da vida o mais depressa possível, por uma ação decisiva e corajosa, sem se deixar

entibiar pelo ambiente por mais carregado que seja. (A DEFESA NACIONAL, mar. 1965, p. 33)

Assim, podemos entender que ação psicológica e a contrapropaganda seria onde o pensamento elaborado sobre algum tipo de disputa do povo vai desembocar, abordaremos este ponto no próximo capítulo.

4.3 Estratégias de combate e a disputa do povo

Com uma leitura mais acurada dos artigos da ADN podemos identificar o centro geral onde culmina a sua teoria. Existe a defesa permanente da importância de conquistar a população. Essa conquista, de corações e mentes, aparece principalmente por acreditarem que o comunismo estaria tentando converter a população para sua ideologia. Partem do pressuposto que a população é neutra, não tem uma visão político-ideológica determinada, assim, o que lhes for apresentado de forma mais sedutora arrebatará seu apoio. Nesse sentido, a disputa do apoio popular aparece frequentemente associada ao sucesso da contrarrevolução.

A Indochina e a Malásia inglesa são teatro duma guerrilha. Na Coreia, as tropas das Nações Unidas têm tido, muitas vezes que contar com a ação dos guerrilheiros sobre as suas retaguardas. É, portanto, prudente prever que, se eclodir uma nova guerra, será necessário ter em conta a ação dos guerrilheiros. Não esqueçamos nunca que, para que esta ação seja possível, é necessário que conte não só com a simpatia, mas ainda com a ajuda da população. (A DEFESA NACIONAL, abr. 1960, p. 131)

Para compreendermos o pensamento proposto pelos oficiais podemos nos apoiar na edição de fevereiro de 1961, quando princípios contrarrevolucionários são levantados. O quarto princípio é, de fato, a subversão do objetivo dos atacantes (A DEFESA NACIONAL, fev. 1961, p.40): “A vitória contra a Revolução, armada ou não, exige a conquista (ou a conservação) de um amplo apoio popular.”. Nesse sentido, é colocada a centralidade da população, não só para apoiar as forças de ordem, bem como para negar apoio aos revoltosos. Portanto, é importante que se evidencie as contradições do grupo revolucionário e publicize seus crimes. Neste mesmo caminho se dá o quinto princípio contrarrevolucionário:

A conquista psicológica da população (ou a conservação da sua adesão moral) se apoia de um lado sobre a exploração das contradições ideológicas fundamentais da Revolução e do outro sobre a fé, nos conceitos universais da civilização e na difusão desses conceitos. (ibidem, p.42)

Como sexto princípio aparece (ibidem, p.43): “A conquista ou a conservação do apoio popular se apoia no aperfeiçoamento contínuo da ordem antiga visando uma ordem nova capaz de condensar as esperanças da população.”. É defendida a ideia de que as forças administrativas necessitam manter o progresso amplo e contínuo na sua sociedade, pois uma comunidade sem esperança de uma vida melhor está fadada à revolução, o que conversa com o capítulo anterior.

Algumas estratégias são elencadas para evitar o domínio do adversário sobre a população. Entre elas aparece, de novo, uma ligação entre a disputa da população com a necessidade de avanços sociais:

O meio mais eficiente para dominar o pânico é aproveitar a tendência natural do povo para se reunir nos momentos graves, para canalizar as suas energias, derivando-as para fins úteis e definidos. A mente deve estar constantemente ocupada com algum trabalho, para impedir que a imaginação deforme a realidade e agrave a situação. Por isso, a divisa "segurança acima de tudo", deve ceder lugar a "trabalho acima de tudo". (A DEFESA NACIONAL, mar. 1965, p. 33)

Também são realizadas teorizações sobre como, através da moralidade, enfrentar o avanço sedutor dos revolucionários:

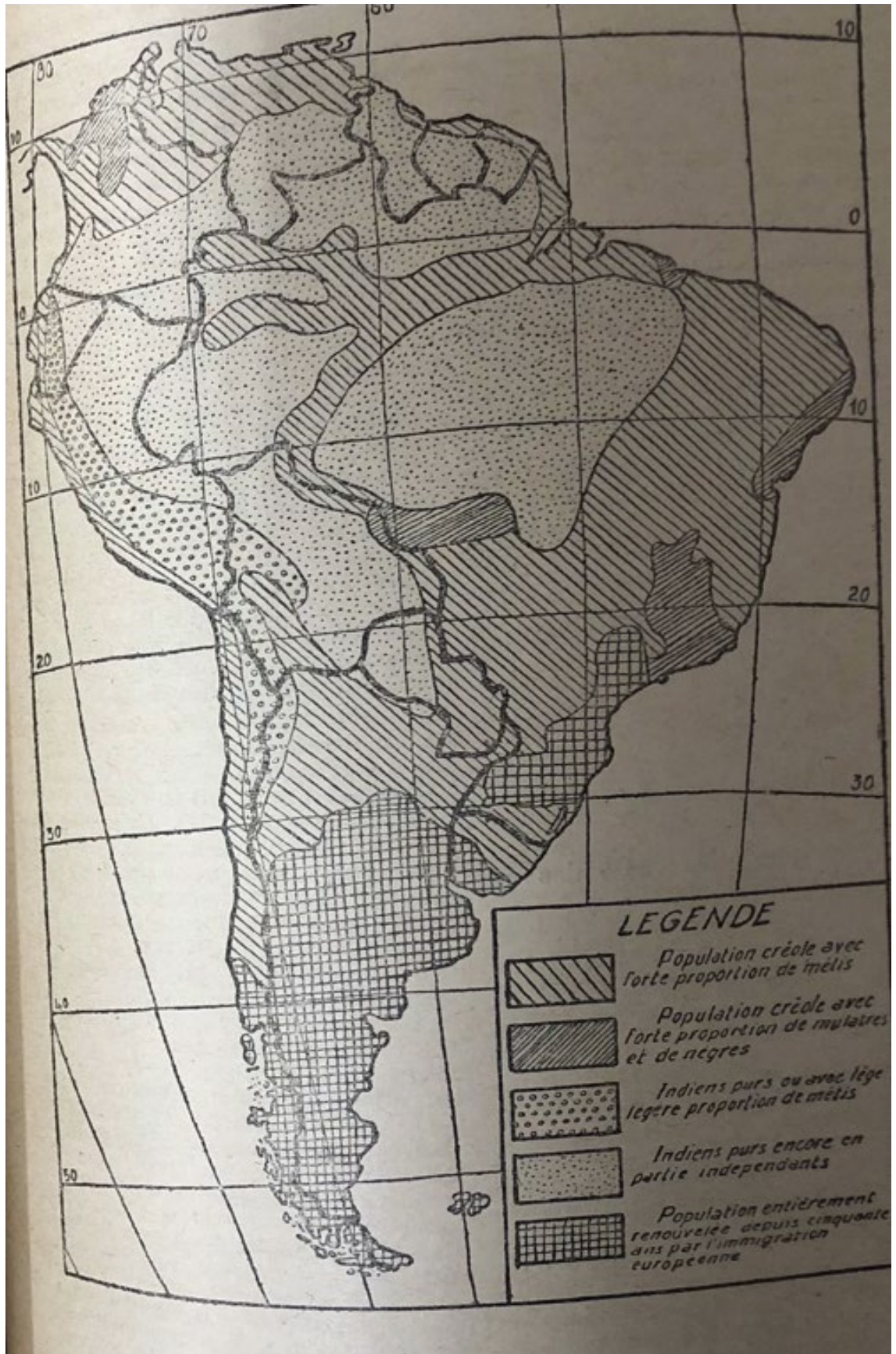
Um conspirador comunista [...] parece diferente do filósofo universitário que propaga o coletivismo entre mente ingênuas e impressionáveis. Todavia, a mente verdadeiramente democrata deve condenar tudo aquilo que é falso e hipócrita. [...] é uma tarefa de grande importância, para os educadores, transmitir a seus alunos o discernimento e o caminho que conduzem a uma filosofia que mantém sagrada a dignidade do indivíduo. [...] para o verdadeiro intelectual é bem claro o contraste da vida edificado sob o signo do Cristianismo com aquela da tirania brutal sob o ateísmo obrigatório. (Ibidem, set. 1960, p. 4-5)

É interessante perceber que em alguns momentos recebemos informações de alguns cursos que são realizados versando a GR. Como exemplo, quando o major Kleber Frederico de Oliveira (A DEFESA NACIONAL, mai. 1964, p. 27) introduz seu artigo sobre aspectos doutrinários da GR também faz o seguinte apontamento: “O presente trabalho foi organizado com base em uma sessão de instrução para oficiais, realizada no QGR-5 como parte de um Exercício de Quadros versando sobre Guerra

Revolucionária.”. Esta posição nos permite entender como o Exército brasileiro pretendia lidar com a situação, principalmente se avaliarmos as ideias que se estabeleciam nesses cursos.

Também é verificável o contato francês e brasileiro a partir da exposição de alguns estudos franceses sobre a América do Sul, como na publicação de abril de 1957, onde é demonstrado, inclusive, um quadro de divisões étnicas da região. Grande parte da análise do referido artigo se baseia na análise francesa.

Figura 6: Mapa étnico do Brasil



Fonte: A DEFESA NACIONAL, abr. 1957, p. 39

Em dezembro de 1959, é defendida a ideia da utilização de pelotões no formato de guerrilha. Para a efetividade destas ações, no entanto, são elencadas diversas condições altamente necessárias em sua totalidade. Deve haver uma política do pós-guerra, isso significa que não é possível acreditar que as questões ideológicas levantadas pelo inimigo sucumbam junto com os seus efetivos militares, há de construir uma política para suplantar qualquer semente plantada por eles na população. Também é necessário que exista um serviço de informações altamente eficiente e flexível para comutar as estratégias conforme os combates se desenrolam. Ainda, é necessária uma direção única para todos os pelotões de guerrilha, onde seja possível ações conjuntas e simultâneas. Por último, deve haver um comando profissionalizado e treinado antes mesmo do período de guerra começar, acompanhada dessa necessidade aparece sempre a defesa de um maior investimento das forças armadas como um todo.

Dada a natureza do inimigo, do tipo infantaria, e suas características de combate, mobilidade e fluidez, deverá a tropa encarregada de contraguerrilha, se quiser conservar sua iniciativa tática, adaptar-se às condições peculiares da rasa campanha revelando no combate, pelo menos, igual mobilidade, aliada a muito maior potência de fogo móvel. (A DEFESA NACIONAL, out. 1959, p. 88)

Já em outubro de 1959, aparece a necessidade da criação de um Dispositivo de Segurança, que permita ao exército responder pronta e energicamente qualquer ato de violência causado pelos revolucionários de forma repressiva e exemplar. Esse dispositivo deve permitir que o exército ocupe regiões chave como saídas de cidades, ferrovias, túneis, e qualquer outro local de possível interesse de movimentos revolucionários. É necessário que o exército esteja presente ostensivamente nas ruas. Juntamente com o Dispositivo de Segurança, deve haver um Plano Repressivo. Tal plano será desencadeado quando começarem as sabotagens e sequestros, visará impedir que a guerrilha se fortaleça com a sucessão de ataques desse tipo. Em princípio, a repressão será de responsabilidade da polícia militar, no entanto, conforme possível avanço dos revolucionários, o emprego das forças regulares do exército será necessário. Em nenhum momento a ADN publica artigos que façam menção a forma como os trabalhos de inteligência devem ser realizados, como impedir os futuros casos de sabotagem (como aparece nessa edição), apenas são mencionadas formas pouco claras de obtenção de informações. No entanto, com o

afastamento histórico temos a clara percepção de que tanto a DFGCR quanto a Guerra Contrarrevolucionária em geral utilizavam o mecanismo da tortura com o objetivo de obter informações sobre os sequestros e sabotagens. Como coloca Aussaresses (p. 47): “Uma coisa é certa: nossa missão nos impõe resultados que muitas vezes passam por torturas e execuções sumárias. E, na minha opinião, isso é apenas o começo.”

Em abril de 1961 já começa a discussão acerca dos primeiros cursos de operações especiais realizados pelo Comando do Exército. Nesse momento já haviam ocorrido alguns cursos de formação de oficiais ministrados por franceses em solo brasileiro (PLON, 2016; ROBIN, 2014; MARTINS FILHO 2008, RIGOUSTE, 2007), assim, é natural que comecem discussões acerca de cursos ministrados por oficiais brasileiros para suas tropas. A princípio, aparenta ser um treinamento de paraquedistas, à semelhança da DFGCR, mas logo percebemos o treinamento para atuar em formato de guerrilha: “A principal finalidade e que norteia grande parte de nossas atividades, ao contrário do que pensam muitos, é a da formação e instrução de unidades de guerrilheiros, visando à salvaguarda de nossa imensa extensão territorial.” (A DEFESA NACIONAL, abr. 1961, p. 48). Em nenhum momento aparece qualquer menção aos cursos franceses para militares brasileiros.

Uma melhor sistematização do pensamento sobre o combate aos insurretos aparece em 1964 na forma de fases de GCR:

(a) Combater sempre com inteligência; usar ardis, emboscadas, escaramuças - aplicação do princípio de "Economia de Forças". (b) Conservar a liberdade de movimento - aplicação do princípio da Manobra. (c) Estimular no guerrilheiro a vontade de atacar - no avanço, na retirada, nas aldeias, na retaguarda: aplicação do princípio da ofensiva. (d) Manter o espírito de resolução, não tardar, não vacilar, não hesitar - aplicação do princípio de Unidade de Comando. (e) Saber guardar segredo: aplicação do princípio da Segurança. (f) Fazer a guerra de extermínio total; impor o terror nas fileiras inimigas e na população não colaboracionista: aplicação do princípio de Massa. (A DEFESA NACIONAL, mai. 1964, p. 44)

Neste tipo de elaboração, ainda permanece a ideia da centralidade de comunicar a população sobre o perigo e os malefícios que trará a vitória dos inimigos:

A população deveria ser alertada quanto à existência de um propósito subversivo e das suas graves consequências, que levariam o País ao caos ou a um regime de força, com o cerceamento das liberdades democráticas. É preciso ter vontade firme e perseverante de vencer a subversão e para isso, é necessário ter-se consciência exata do perigo que ela representa e

acreditar nos valores e nos direitos que ela visa destruir ou anular. (A DEFESA NACIONAL, mar. 1965, p. 52)

Essa perspectiva é completamente ignorada por qualquer publicação francesa. O que aparece, na verdade, é uma contraposição a esta linha de compreensão. Na concepção francesa, não existe uma população para ser alertada, menos ainda uma parte neutra da população. Nas próprias palavras de Charles Lacheroy:

Num país sob um regime adverso, não existe liberdade. Quero dizer, não podemos ser como em casa: uma mulher, uma criança, um velho. Com o adversário, o ser humano é e só pode pertencer a três categorias: ou é soldado, ou é funcionário público, ou é membro de uma associação estatal. Se for soldado ou funcionário público, o problema da sua lealdade ao Governo não se coloca, como se pode imaginar. Onde quer que esteja, numa formação militar ou num cargo, estará sob o olhar de um representante do partido ou simplesmente de seus camaradas que considerarão seu dever ou um oportunismo inteligente denunciar o menor fracasso²¹. (LACHEROY, 1957, p. 4. Tradução livre)

Assim, novamente voltamos àquela questão da diferença existencial entre os dois países: um está lutando no estrangeiro, outra em solo nacional, contra cidadãos do próprio país. Esta diferenciação vai sempre distanciar os entendimentos sobre os mesmos assuntos.

Outra tarefa importante consiste na ocupação permanente de espaços estratégicos. A presença dos militares é defendida em diversos momentos, em alguns momentos parecendo, inclusive, que se sentiam de mãos atadas enquanto uma força rebelde estava dominando espaços pelo país.

Para triunfamos [...] somos obrigados a conservar ocupados todos os pontos importantes permanentemente, enquanto que ao mesmo tempo são sistematicamente limpos os terrenos infestados pela insurreição. Estas duas funções requerem um considerável potencial de homens. Tropas mecanizadas têm, um papel secundário, devido às dificuldades do terreno. Os comandos de assalto, não deixam de ter valor pela sua grande mobilidade, principalmente para vigiar estradas e outros caminhos de ligação. (A DEFESA NACIONAL, jan. 1957, p. 34)

²¹ En pays sous régime adverse, il n'y a pas d'être libre. Je veux dire qu'on ne peut pas être tout simplement comme chez nous : une femme, un enfant, un vieillard. Chez l'adversaire l'être humain n'est et ne peut appartenir qu'à trois catégories : ou il est militaire, ou il est fonctionnaire, ou il est membre d'une association d'Etat. S'il est militaire ou fonctionnaire le problème de son loyalisme à l'égard du Gouvernement ne se pose pas, vous le pensez bien. Où qu'il soit, dans une formation militaire ou dans un bureau, il sera sous l'œil d'un représentant du parti ou tout simplement de -ses camarades qui considéreront de leur devoir ou d'un opportunisme intelligent de dénoncer la moindre défaillance. (LACHEROY, 1957, p. 4)

A necessidade de atuar antes das ações do inimigo sempre é defendida. A forma como as informações sobre as sabotagens, sequestros ou ataques, no entanto, nunca é explicitada. Não aparece em momento algum como se dará a busca de informações, nem como isso seria defendido juridicamente. Isso demonstra alguma fragilidade e superficialidade dentro da ADN.

Devemos sempre avançar, devagar, mas com esforço. O conhecimento do inimigo nos ajudará na análise dos fatores que nos são essenciais; devemos agir antes de suas ações, evitando-as antes que o adversário as execute. (Ibidem, set. 1960, p. 4)

Em outro artigo, é demonstrada a importância de impedir o vazamento de informações ao inimigo. E, novamente, a necessidade de atuar de forma rápida e sorrateira.

Os fatores que condicionam a surpresa, isto é, a repartição irregular dos meios (para iludir o adversário); o segredo nos preparativos da operação (para ocultar nossa intenção); e a rapidez na execução da manobra (para obter o máximo de velocidade), tudo de maneira econômica, eficiente e decisiva. (Ibidem, mar. 1960, p. 112)

Para o combate das forças revolucionárias deve ser realizado um largo trabalho preventivo. Elas são a contrapropaganda e a criação do dispositivo de segurança citado anteriormente. Após a conflagração da insurreição deve ser desencadeado o plano repressivo, também já referenciado anteriormente. Tal plano deverá sufocar os primeiros pontos de eclosão da insurreição para impedir sua expansão e desenvolvimento. O plano deve atender a três principais aspectos: boa articulação das forças; escolha clínica dos objetivos a serem atingidos; e controle da população civil para, no mínimo, neutralizar seu apoio aos rebeldes. Essa perspectiva aparece algumas vezes. Demonstrando certa circulação de ideias nos quadros da ADN.

Os militares devem organizar, também, a sociedade civil, para que impeça o avanço dos revolucionários. Essa organização deve ser realizada através da criação de centros civis de defesa da democracia. Assim (A DEFESA NACIONAL, fev. 1961, p. 36): “esta organização deve, em caso de necessidade e onde for preciso, tomar, provisoriamente, uma forma militar, sobreposta à organização civil (autodefesa).”

Seguindo o raciocínio, se aplica um princípio de conservação (ibidem, p.44): “A conquista (conservação) do apoio popular está ligada ao prosseguimento de uma luta eficaz contra as forças armadas revolucionárias.”. Ainda, se a revolução atingir a

quarta fase de seu desenvolvimento, onde um exército regular revolucionário é criado, é necessário aplicar um novo princípio para devolver os regimentos militares revolucionários ao formato de guerrilhas, estágio menos avançados de desenvolvimento. Essa perspectiva não é compartilhada por militares franceses, uma vez que o retorno aos estágios anteriores, na experiência francesa, apenas fará com que retornem mais organizados em algum período:

A destruição das forças pseudo-regulares revolucionárias não pode ser obtida por meio da batalha. Porém é possível sufoca-las e força-las a passar novamente à guerrilha, ocupando, à força, as zonas de onde ela retira seus recursos humanos e materiais. (Ibidem, p.45)

Em seguida, novamente em formato de guerrilha, é necessário que se aplique operações de força, que consistem em reduzir as guerrilhas à impotência para depois, fazê-las desaparecer. Isto acontecerá quando a ajuda que a população dá às guerrilhas se esgote, causada através de um cerco permanente na zona populacional que é fonte humana e material dos revolucionários.

Quando as guerrilhas voltarem ao espaço geográfico restrito dominado, deve-se criar um cinturão de tropas com o objetivo, não de fazer a segurança, mas de retirar a liberdade de ação das guerrilhas e lhes deixar inseguros.

Por último, deve-se passar a pacificação, que faz parte de um todo. Todos os escalões da sociedade devem, em ação global, perceber a necessidade das ações previamente tomadas, para que não haja contestação e assim não exista espaço para o aparecimento de novas guerrilhas.

Em publicação de março de 1960, em um artigo que faz parte de um conjunto maior sobre a GR, são expostas algumas ideias do general Niessel, do exército francês. Segundo o argumento do general, e endossado pela ADN, algumas medidas foram tomadas na Indochina e Argélia com alto grau de respostas positivas, e o artigo defende a adoção de tais medidas: primeiro, deve-se realizar uma ocupação metódica do território por tropas regulares; segundo, deve-se priorizar a utilização de colunas móveis, pois é a forma mais satisfatória de lidar com as guerrilhas; terceiro, formar milícias locais a partir de quadros fiéis às FA; quarto e último, é imprescindível que se realize uma repressão impiedosa em conjunto com a deportação das famílias de guerrilheiros. Esta última medida recebe uma ponderação, pois não pode ser aplicada na sua totalidade no caso brasileiro. Assim, a deportação não é possível, então se

deve buscar uma alternativa para que os guerrilheiros “temam” pelo destino dos familiares.

Por outro lado, em abril de 1960 (p. 127) aparece a ideia de ajuda aos familiares de guerrilheiros, para que seja possível obter informações privilegiadas através deste canal:

É, portanto, recomendado não esgotar os recursos dos camponeses, facilitar os trabalhos agrícolas para auxiliar os reabastecimentos, ajudar as famílias dos guerrilheiros mas, em contrapartida, agir impiedosamente contra os colaboradores.

Com essa diferença importante entre as estratégias francesas e brasileiras podemos perceber que as publicações da ADN, ao fim e ao cabo, buscavam a criação de uma estratégia própria, tal estratégia só seria possível através de uma doutrina militar própria, apesar de inspirada na DFGCR.

5. A CRIAÇÃO DE UMA DOCTRINA BRASILEIRA

No capítulo anterior pudemos avaliar as medidas políticas, militares, econômicas e sociais que os militares deram como soluções para enfrentar as GR, também, conforme analisado, pode-se perceber o afastamento de diversas posições entre franceses e brasileiros. Neste sentido, os militares da ADN passam a se perceberem em um conflito de escala global, onde não existe escapatória e em que não possuem os meios teóricos e estratégicos de se posicionarem altivamente no momento. Essa percepção causa desconforto nos oficiais e impulsiona um movimento que advoga a necessidade urgente de criação de uma doutrina própria e independente. Em nenhum momento a DFGCR é negada, este não é o caso, no entanto, existe a percepção de que ela não contemplará todos os desafios que um país como o Brasil, com suas características peculiares e povo diverso, colocará para as FA.

5.1 O que é uma Doutrina

Primeiramente, é interessante que compreendamos o que é uma Doutrina. Conseguimos encontrar apenas uma conceituação dentro da ADN, no entanto, ela

nos parece suficiente para entendimento da conceituação no geral e também como os oficiais pensam ela:

Doutrina de Guerra representa um primeiro estágio na Teoria de Guerra, para determinado país e numa determinada situação. A dependência da doutrina a elementos concretos, mostra-nos desde logo, que ela não pode ser nem imutável, nem geral, sendo então, somente aplicável àquele país e numa determinada época. Sendo a Guerra um fenômeno social, cada agrupamento humano imprimirá suas características próprias e peculiares à aplicação das Leis e dos Princípios de Guerra, surgindo assim, não uma nova Teoria, mas algo dela derivado, que se convencionou denominar Doutrina de Guerra. (A DEFESA NACIONAL, fev. 1961, p. 34)

Com esse conceito em mente, podemos entender a centralidade de uma doutrina militar para as forças armadas, no entanto, devemos nos atentar ao fato de que a doutrina militar é cara aos motivos militares pelo viés técnico, mas também, e principalmente, para os motivos políticos destes militares. Não necessariamente pensamos que uma doutrina indique qualquer proximidade entre a participação política militar na vida social de um país, mas sim que a doutrina incorpora o ideal de nação defendido pelas forças armadas como um bloco que sim, influencia na vida política de um país.

No entanto, com a avaliação dos diversos artigos da ADN podemos visualizar uma contínua e crescente evolução no pensamento doutrinário. O que nos primeiros anos pesquisados (1957, 1958, 1959...) era uma influência quase totalizante, passa, aos poucos, a ser esparsa e dissipada. O que queremos dizer com isso é que, nos primeiros anos, as publicações da ADN eram quase que cópias das ideias francesas de GR, e com o passar dos anos, esse pensamento foi amadurecendo, as ideias de uma doutrina própria e adaptada à realidade nacional foram crescendo, ao ponto de produzir um pensamento que tentasse criar uma nova abordagem para o problema que os franceses tentaram resolver.

5.2 A inspiração francesa e a reivindicação de uma doutrina própria

Sobretudo, é possível verificar contínua e constante observação dos escritores da ADN às publicações francesas, principalmente na *Revue Militaire d'Information*, revista militar francesa. Em linhas gerais, citações diretas à revista são feitas, sempre

de artigos publicados no mesmo ano de publicação, ou no anterior, do correlacionado brasileiro, o que demonstra a rápida circulação de ideias.

Figura 7: Amanhã, a América do Sul?



Fonte: A DEFESA NACIONAL, out. 1957, p. 41

A sincronia entre a revista francesa e a revista brasileira são notáveis. Podemos perceber que o entendimento do coronel Lacheroy, em 1957, encontra ressonância no que os oficiais brasileiros defenderam ao longo dos anos, e no caso do papel da ADN como divulgadora de conhecimento sobre as GR e a publicização dos males do comunismo, a *Revue Militaire d'Information* tende ao mesmo objetivo:

resta aplicar os métodos, trabalhar, aprender, usar todos os meios possíveis, ou seja, imagens, gravadores, discursos, leituras, jornais, revistas, folhetos, folhetos. Neste campo, as produções a nível nacional que estão sob meu controle, incluem uma Revista Militar que se chama "Revue Militaire d'Information" cuja circulação é cada vez mais importante, tornando-se o

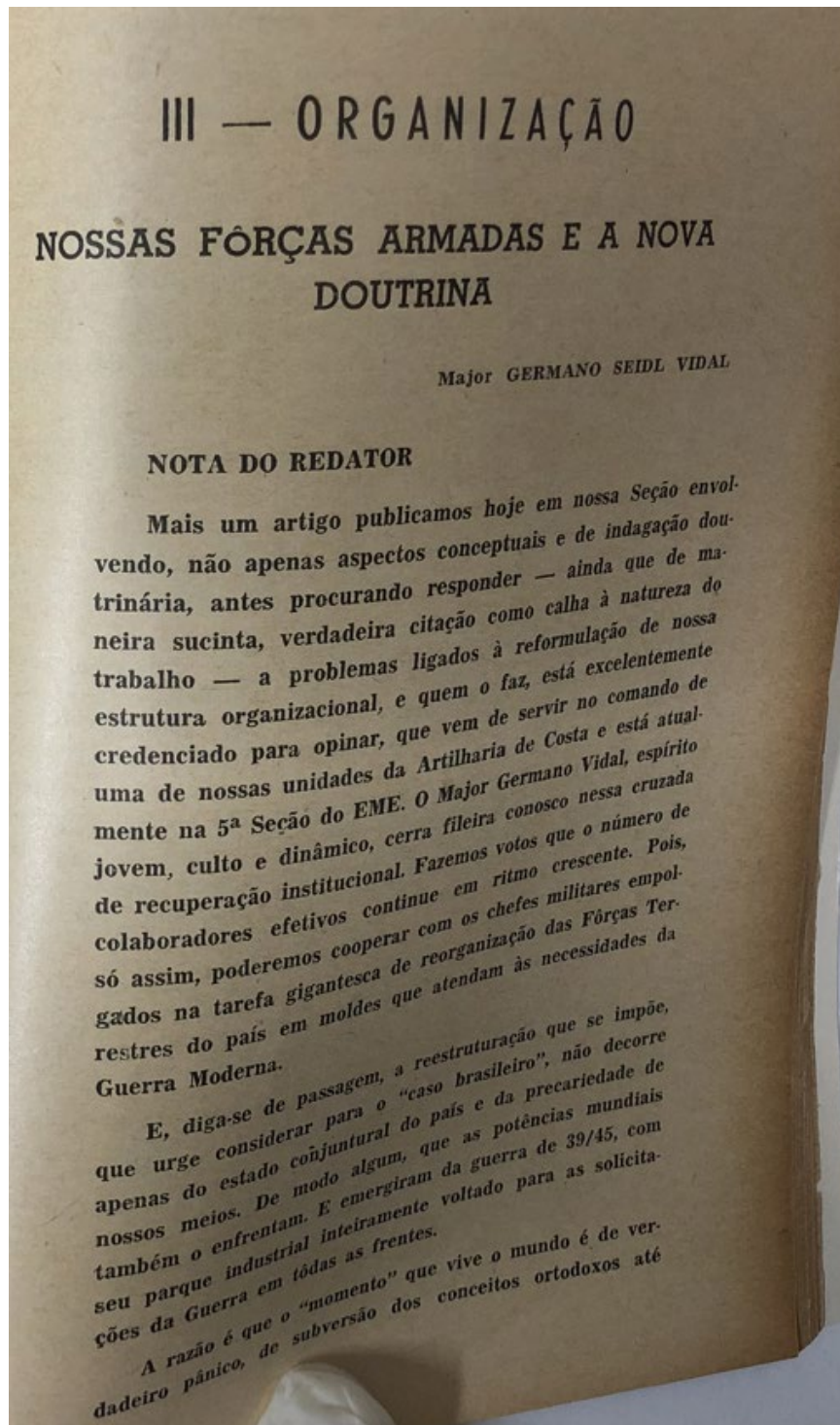
elemento chave de reflexão dos oficiais superiores.²² (LACHEROY, 1957, p. 11. Tradução livre)

No entanto, conforme o avanço na compreensão da GR e da DFGCR, inicia-se a tentativa de reivindicar um projeto para construção de uma Doutrina Militar Brasileira para a contraguerrilha. Na edição de setembro de 1959, por exemplo, é defendida a tese de que o Brasil tem em sua história diversos combates a forças revolucionárias, desde as guerras contra os holandeses, e até mesmo campanhas como as bandeiras paulistas, Revolução Farroupilha, Contestado e Canudos. É ressaltado, também, que o Brasil e a América Latina estariam no centro de uma nova campanha de GR.

Para arrostar com a guerra, não é suficiente possuir seus “eternos princípios”, nem ter feito planos para as primeiras horas, os primeiros dias ou as primeiras semanas. É preciso uma Doutrina. De que forma, sem Doutrina, poder-se-ia eficazmente adaptar princípios e ensinamentos à realidade, tal como ela se apresenta? Como, sem Doutrina, obter essa disciplina intelectual, que, só ela, pode assegurar a unidade de ação, desde o comandante chefe até o mais humilde dos subordinados? Como, sem Doutrina, conduzir a instrução, principalmente a dos quadros e dos homens da reserva, que não podem consagrar toda sua atividade e todas suas meditações ao estudo dos problemas militares de seus respectivos escalões? É preciso uma Doutrina tão objetiva quanto possível, apesar de todas incertezas presentes. (A DEFESA NACIONAL, set. 1959, p. 63)

²² il reste à appliquer les méthodes, à travailler, à apprendre, à utiliser tous les moyens possibles, c'est-à-dire les images, les bandes magnétophones, la parole, les lectures, les journaux, les revues, les brochures, les tracts. Dans ce domaine, les productions à l'échelon national qui sont sous mon contrôle, comportent une Revue Militaire qui s'appelle « La Revue Militaire d'Information » dont, le tirage est de plus en plus important, elle devient l'élément-clé de réflexion des cadres officiers. (LACHEROY, 1957, p. 11)

Figura 8: Nossas forças armadas e a nova doutrina



Fonte: A DEFESA NACIONAL, mai. 1961, p. 17

Conquanto, um país que já experienciou diversos eventos análogos à GR devem estar prontos para a criação de uma doutrina capaz de repelir tais ataques. Concordando com a afirmação anterior, em 1960 o tenente coronel Carlos de Meira Mattos (Ibidem, set. 1960) preconiza o conhecimento técnico militar adquirido pelas

FA brasileiras e a sua alta capacidade de lidar com o tipo de atuação que a GR traz consigo. Nesse sentido, a criação de uma doutrina própria, sendo essencial, é plenamente possível. Para tanto, é necessário um esforço institucional para disciplinar a sociedade, no sentido de permitir que tenham conhecimento das características nefastas do adversário, mas também para não permitir que o apoio das massas migre para as forças revolucionárias, como aconteceu em Cuba.

Interessante é a função essencial que tem a criação de uma Doutrina Militar Brasileira neste contexto. Conforme pudemos avaliar nos capítulos anteriores, os militares brasileiros, apesar de intimamente inspirados pela DFGCR buscaram a todo momento uma adaptação à realidade local. Desde a busca por melhores condições de combate, através dos investimentos militares, até na adaptação às ações de guerrilha, copiando assim, em parte, o inimigo.

Como coloca o major Germano Seidl Vidal (A DEFESA NACIONAL, ago. 1960), a formulação de uma DBGCR necessita desfrutar de uma doutrina de guerra nitidamente nacional, e que possa utilizar dos recursos e população brasileiros na sua especificidade. Seria absolutamente indispensável o desenvolvimento de novos regulamentos que definam o conceito geral da Doutrina e novos aparatos jurídicos para suas atividades, que permitam a flexibilidade necessária ao combate contrarrevolucionário. Conforme coloca, em 1960, cerca de 26,5% do orçamento federal era dispendido com as FA, o que é muito oneroso aos cofres públicos e não produz a segurança necessária tendo em vista o epicentro que o Brasil foi colocado durante a guerra fria. Deve, portanto, reformar-se profundamente os propósitos militares e contemplar dentro da nova Doutrina a conjuntura política, econômica e social do país.

Aparecem, também, críticas à França na forma como estava lidando com a política internacional naquele momento. Hernani D'Aguiar em setembro de 1964 coloca uma postura crítica à posição francesa no contexto da Guerra Fria:

Criou-se uma 3ª posição - a dos chamados "Neutralistas". De Gaulle, em sua ânsia de recuperar prestígio para o seu país intenta assumir a direção desse grupo. Situa-se como uma espécie de Mediador da Paz Universal. Reconhece a China comunista e continua com "démarches" políticas para torná-la membro da ONU. Percebe-se, porém, que a maioria dos "neutralistas" parece tender para o Bloco Comunista, já que a neutralidade real é posição que os fracos jamais poderão manter na disputa dos fortes. A existência dessa 3ª força favorece à GR por lançar dúvidas no Mundo Democrata.

Em artigo de fevereiro de 1961 é proposto o desenvolvimento de uma doutrina contrarrevolucionária completamente distinta da francesa e com prescrições que autores franceses não fizeram. Essa doutrina deve ter em vista que as forças revolucionárias dispõem de regulamentos e doutrinas muito bem desenvolvidas, enquanto as forças regulares demonstram seu despreparo por não disporem de nenhum tipo de doutrina para este tipo de conflito que se avizinha.

Assim, dentro do artigo é teorizada da seguinte forma: na Guerra Revolucionária a população é, ao mesmo tempo, o ambiente de guerra, seu meio, e também o seu objetivo. Ela se dá em duas partes: interna e externa. A externa propicia os meios para que a interna possa se construir dentro da sociedade e, quando desenvolvida, a externa deixe de existir.

A revolução recorre à militarização da sociedade revolucionária.

A guerra revolucionária, porém, apresenta uma outra particularidade essencial: ela é realizada por dois adversários dificilmente comparáveis. De um lado a Revolução totalitária demoradamente fraca no sentido clássico da palavra, porém armada de suas técnicas admiráveis, desenvolvendo seus processos insidiosos e eficazes. Do outro lado, as “Forças da Ordem”, poderosas, porém desprovidas de uma doutrina coerente, de um regulamento bem estudado e rigorosamente aplicado. (A DEFESA NACIONAL, fev. 1961 p. 36)

O objetivo da revolução não tem relação com o anseio por uma sorte melhor ou pela independência, mas sim a organização de uma política totalitária com vistas a conquistar o poder. Como meios, essa organização utiliza os “antagonismos internos” da sociedade alvo. “Utiliza-se de uma técnica aperfeiçoada para dominar as populações, através de uma ideologia adaptada as massas que pretende conquistar.” (Ibidem, p. 36).

Devido à característica revolucionária dos opositores, reformas e negociações são inúteis em casos como o descrito. A revolução não deseja dividir o poder, mas sim conquista-lo inteiramente. Assim, pausas para negociações são consideradas pelos líderes revolucionários como um respiro nos enfrentamentos para aumentar seu prestígio e cooptar neutros. Como colocado (Ibidem, p. 36): “as negociações aceleram o progresso da guerra revolucionária e desencadeiam, na maioria das vezes, a contra ofensiva geral mais cedo do que se previa.”.

Assim, uma das principais características da guerra revolucionária é seu aspecto “total”. A guerra só acaba quando um dos lados sai derrotado. A revolução é intransigente. Portanto, o primeiro princípio de uma contrarrevolução é a sua determinação. Essa postura diverge frontalmente da postura francesa, e é um passo importante na criação de uma DBGCR.

5.3 Estudos autônomos e novas influências

As ideias sobre GR começam a se descolar das ideias francesas quando artigos estudando outras experiências começam a serem escritos. O Coronel G. Pessanha em artigo de junho de 1961 repensa a Guerra Civil espanhola (1936-1939) (GCE) com vistas a contribuir para a situação brasileira e o combate que se aproximava. O autor divide a GCE em dois momentos, e o Brasil estaria colocado, no momento da sua escrita, no primeiro deles. Esse momento aconteceu na Espanha de 1931 a 1936, uma guerra fria. O segundo momento seria uma guerra quente. O objetivo dos comunistas era fazer da Espanha o “Estado Soviético número dois”, e após, estender a ação para Portugal, África do Norte e até para a França. Esse objetivo, para o autor, também é evidente na América Latina, uma vez que ações revolucionárias estavam eclodindo em vários países.

Em 1888 foi criada a União Geral dos Trabalhadores, em 1920, o Partido Comunista, em 1927 a Federação Anarquista Ibérica, e em 1934 o Partido Sindicalista. As agitações causadas por estes grupos tiveram de ser combatidas com um golpe de estado levado a cabo por Primo de Rivera, com o objetivo de conter o caos crescente. Após a queda do governante, as agitações retornaram com mais força. A motivação para a queda de um governo forte e apoiado pelos militares é a incapacidade dos generais de defendê-lo. Para o autor esse cenário espanhol encontra muitas referências na História brasileira e no desenvolvimento de grupos comunistas por aqui. No entanto, ele não coloca sua opinião sobre a estratégia do exército espanhol de dar um golpe no governo constituído.

Para o coronel, a guerra revolucionária na Espanha se desenvolveu em duas fases. A primeira se deu através da proclamação de um governo e promulgação de leis de defesa. Também foi aplicada uma lei de limites municipais para impedir aos cidadãos sua livre circulação. Também aqui é imposta a reforma agrária, denominada pelo autor como “guerra aos kulaks”. É interessante perceber que para o autor a

divisão em duas fases é a regra. Essa perspectiva não aparece em nenhum outro autor.

A segunda fase se dá através da Lei de Defesa, onde começa a imposição do terror. A partir disto ondas de assaltos, ataques à mão armada e atentados começaram a acontecer. A partir da segunda fase inicia também a formação de novos quadros e o processo de armar as massas (exército da revolução). Além disso, começa a impregnação psicológica para assegurar ao comunismo sua permeabilidade na população civil. Assim, o caso espanhol seria completamente diferente de outras experiências, uma vez que o processo aconteceu na metrópole e tinha apoio internacional, não apenas com dinheiro e armas, mas também com pessoal.

No entanto, apesar de a Espanha viver neste regime imposto, ela não compartilhava de sua ideologia, pois havia sido empurrado através do terror. Portanto, quando as classes dirigentes foram alijadas do poder, os soldados nacionais partiram para a reconquista. Aqui inicia-se a guerra quente. Mais uma vez reforça-se aqui a necessidade da disputa do apoio da população, o fator mais importante para a vitória contra estes agressores.

A guerra quente na Espanha foi denominada Guerra de Libertação, pois combatia contra um mecanismo terrorista que obedecia a Moscou. Era de conhecimento das forças nacionalistas que os embates nas cidades seriam desiguais, pois os marxistas detinham grande influência nas principais localidades do país. Essa situação é utilizada para emitir um alerta. A situação no Brasil ainda não está perto disso, temos assim a possibilidade de agir sem tanto sermos flagelados.

A guerra quente se dividiu em três fases clássicas: a) a pacificação; b) a defesa armada; e c) a luta até a morte.

A pacificação compreendeu a composição de um comando militar único, direção política única, e, também, um partido único. A Constituição traduzia as motivações: desenvolver fontes de produção, batalha contra a fome e o frio, a ajuda social, a restauração religiosa, o restabelecimento da ordem governamental e a realização de uma série de reformas administrativas.

A defesa armada significava a reestruturação de um exército em plena guerra. Os comunistas dispunham de cerca de 125 mil combatentes vindos de todo o globo, e o exército espanhol havia sido desmobilizado, restando alguns poucos contingentes em províncias e no Marrocos. Neste ponto é onde se deu a criação do Exército de Libertação Nacional.

A luta até a morte significava uma “guerra sem quartel”, uma batalha de aniquilamento. O comando nacionalista nunca poderia aceitar as tratativas para acordos de “paz negociada”. “Na guerra revolucionária, negociar a paz é perder a vitória.” (A DEFESA NACIONAL, jun. 1961).

A Espanha deixou um milhão de mortos na mais sangrenta batalha ideológica conhecida até aquele momento. O movimento de expansão comunista mundial é a monótona repetição de métodos e processos revolucionários para a conquista do poder. A guerra fria se iniciou basicamente da organização das “internacionais” a partir de 1888. O caráter internacional das guerras revolucionárias comunistas é uma constante resultante da própria ideologia marxista. A ação contrarrevolucionária deve atuar “sem quartel” como em 1935 no Brasil (Intentona Comunista) e é evidente que a tentativa marxista espanhola não foi bem sucedida devido à falta de profundidade da impregnação ideológica nas massas.

Em junho de 1964 aparece outro artigo, agora uma avaliação da análise de militares estadunidenses sobre as guerrilhas revolucionárias. O artigo intitulado O Espírito Criador do Guerrilheiro versa sobre a função do guerrilheiro no arcabouço geral da GR, no entanto, exprime uma nova ideia, não levantada por autores franceses nem brasileiros: os guerrilheiros comunistas não necessariamente serão apoiados e incentivados pela URSS. Para defender essa tese são levantados os casos de Tito na Tchecoslováquia e Fidel Castro em Cuba.

Em setembro de 1964 um estudo sobre GR em diversos países é realizado, de forma que aparece uma visão distinta da pintada pelos autores franceses. Agora, são avaliados outros conflitos e a possibilidade de que movimentos revolucionários não necessariamente sejam comunistas. Essa perspectiva pode ser melhor compreendida se contemplarmos a mentalidade dos militares naquele momento. Os eventos de março de 1964 já haviam ocorrido, e a partir desta data começaram a serem publicados diversos artigos versando a “revolução de março”. Os militares acreditavam terem realizado uma revolução, nesse sentido, é necessário que haja uma desvinculação do conceito de revolução e dos regimes comunistas. Tal vinculação estava sendo realizada há anos, então é compreensível que comessem a existir artigos versando uma outra perspectiva sobre o conceito.

Em 1945, quase simultaneamente, a chama revolucionária se estendia da Malásia, à Indo-China Francesa, à Indonésia, ao Irã e à Argélia. Na Indonésia teve como resultado uma república de tendência esquerdista, porém não

comunista; na Malásia, no Irã e na Argélia, os movimentos fracassaram; na Indo-China, porém, a guerra tornar-se-ia o modelo perfeito de uma GR. (A DEFESA NACIONAL, set. 1964, p. 36, 37)

Tais elaborações são pistas muito valiosas para a ideia de uma doutrina descolada da francesa. Existem autores que, inclusive, buscariam explicar que, no caso brasileiro, a influência francesa somada a vontade de defender-se dos ataques comunistas e a necessidade de uma Doutrina, formaram a base para a construção da Doutrina de Segurança Nacional.

O macartismo estadunidense e a influência da doutrina francesa de “guerra moderna”, junto às ideologias autoritárias dos militares sul-americanos - que buscavam um sentido, uma missão, pois estavam imbuídos de um sentimento anticivil, que os colocava como agentes redentores da sociedade - formam a amálgama básica do que será a Doutrina de Segurança Nacional. (LIPPOLD, 2019, p. 26)

É importante que sempre compreendamos que o senso de urgência dos oficiais, talvez, não lhes permita a criação de um arcabouço teórico muito elaborado, com tempo para as reflexões necessárias para uma construção complexa, devido ao fato de pensarem que a GR estava batendo à porta. Acreditavam na necessidade de uma Doutrina, no entanto, tinham de agir o quanto antes.

Quem se der ao trabalho de investigar, analisar e concatenar os fatos e as ocorrências sociais, que se têm verificados ultimamente no Brasil, não pode deixar de surpreender-se com a existência de uma sucessão de atos de indisciplina, revolta, greves, motins, sabotagem, atentados, quebra-quebras, que ocorrem aqui e acolá, quando menos se espera, sob o menor pretexto, em inteira desproporção, na maioria das vezes, com as causas determinantes. (A DEFESA NACIONAL, mar. 1965, p. 50)

Assim, em conjunto com a reflexão sobre a teoria contrarrevolucionária e a elaboração de técnicas de combate, aparecem relatos de treinamentos e cursos sendo realizados. É interessante observar que, neste momento, os cursos são sempre motivados para capilarizarem-se pelas tropas. Um oficial aprende técnicas avançadas de combate contra guerrilheiros e pode, a partir do curso, instruir mais uma série de militares.

Em abril de 1961, o tenente Thaumaturgo Sotero Vaz coloca nas páginas da ADN um relato sobre o curso de paraquedismo que estava sendo levado a cabo para instrução de homens no combate contrarrevolucionário. O tenente afirma que algumas

turmas já haviam sido formadas e que o objetivo era preparar as forças militares para combate de unidades de guerrilheiros, visando abranger toda a extensão territorial brasileira. Também é informada a capacidade de um agente de operações especiais treinar até duzentos homens do exército regular. O exército regular, assim, se converte em um batalhão de contra guerrilheiros, capaz de utilizar as mesmas estratégias dos inimigos. O núcleo buscava paraquedistas experimentados e se chamava “Centro de Instrução Especializada Aeroterrestre”.

Os elementos de Operações Especiais são selecionados dentro paraquedistas experimentados, e submetidos a rigorosos exames físico, intelectual e psicotécnico. Suas atividades são as mais diferentes, pois um homem além de ter sua função por especialidade dentro da equipe, está em perfeitas condições de desempenhar a função de qualquer dos outros. A tropa é formada por equipes comandadas por Capitão. [...] Tem as especialidades de emprego e adestramento de cães de guerra, guia de montanha pesada, mergulhador até a profundidade de 20 metros, básico de sabotagem e outras. (DEFESA NACIONAL, abr. 1961, p. 49)

Retirado do pensamento de Mao-Tsé Tung, reiteradamente, uma posição é comum a todos que escrevem sobre GR: no decurso das hostilidades da GR, os guerrilheiros devem se transformar em forças regulares, para assim formarem uma unidade regular formal, que levará, por fim, à tomada do poder. Esse pensamento produziu respostas concisas de militares brasileiros, apesar de não ter sido desenvolvido uma doutrina propriamente, a tentativa de formar um corpo de discussão para esse combate foi realizada. A tese de um abafamento da publicização de ideias tão centrais às FA como a construção de uma DBGCR, devido à conquista do poder pelos militares em 1964, nos parece um bom caminho para compreender o caminho que tomaram os artigos na ADN. Aguardaremos que novos estudos possam compreender a ligação entre essa incipiente doutrina brasileira dentro da Revista e o surgimento da DSN, lembrando a presença na ADN de um dos importantes militares formuladores da Doutrina de Segurança Nacional: Golbery Couto e Silva.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando em consideração os artigos aqui analisados, podemos perceber que alguns militares brasileiros conceberam a Guerra Fria como uma guerra quente, sendo

assim, as guerrilhas não seriam uma forma de guerra à parte, mas sim braço de uma guerra maior. Nesse sentido, é importante levarmos em consideração que quando um militar promove o estudo de guerrilhas, partisans ou partigiani, ele está sempre falando de uma “ala” de um exército, a parte irregular de uma força regular.

O que pode ser observado é a presença marcante da preocupação com uma “onda” comunista. Também, é possível crer no aspecto psicológico da questão. Como relatado anteriormente, a Guerra Fria permite aos militares brasileiros um sentimento de pertencer ao campo de batalha global. Faz com que a sua atuação seja essencial para a defesa dos “padrões de vida ocidentais”, conferindo-lhes alguma centralidade no embate global, talvez ainda maior do que a sua participação na Segunda Guerra Mundial.

A Doutrina francesa trazia ao sul do mundo certa noção de pertencimento à Guerra Fria, no sentido em que dava importância às nações periféricas devido à necessidade de enfrentar revolucionários que supostamente acabariam com a civilização ocidental (MARTINS FILHO, 2008). Assim, a Doutrina serviu como resposta precisa às demandas anticomunistas dos anos 1960, no Brasil²³ e no mundo. Permitiu a criação de um arcabouço teórico e prático para conter o avanço de quem fosse taxado como comunista (conteve também progressistas em geral).

Em suma, as páginas da ADN confluem para a posição de que os militares brasileiros se preparavam para uma investida comunista liderada por forças internas, porém apoiadas por forças externas. O estudo levado a cabo nos artigos são pistas de como pensavam e com que tipo de mentalidade atuariam nos confrontos durante a Ditadura militar (1964-1985).

O que pode, por fim, ser observado neste trabalho foi a tentativa contínua e constante de interpretar a DFGCR e, a partir dessa interpretação, elaborar uma doutrina própria. É possível que os oficiais que escreveram na ADN não tivessem o desejo de elaborarem manuais mais objetivos, como o dos franceses, por tanto, as elaborações brasileiras circularam mais em torno de aspectos simbólicos da GR do que sobre os aspectos práticos de uma guerra propriamente dita.

²³ Houve influência da Doutrina francesa na criação e consolidação do conceito de inimigo interno, expresso na Doutrina de Segurança Nacional de 1968 (PLON, 2016; SOUZA MENDES, 2013).

Estudos futuros poderão verificar a ligação entre este início de criação de uma DBGCR, a posterior Doutrina de Segurança Nacional (DSN) e a tortura subsequente, utilizada como método de interrogatório pelo regime militar. A ligação entre a tortura nos porões da ditadura e a DFGCR é latente. A sistematização dessa prática para obter informações durante a GR foi realizada e teorizada pelos franceses, como coloca Benedetti (2012, p. 3):

La doctrina de contrainsurgente francesa se planteó como una lucha esencialmente militar. Los dispositivos de control territorial, familiar, la elaboración de censos y todo lo que se conocerá posteriormente como el proceso de “cerco” a las guerrillas. Por otra parte, la escuela contrarrevolucionaria francesa, legitimó y sistematizó el uso de la tortura como principal medio para la desarticulación insurgente. (BENEDETTI, 2012, p. 3)

Assim, com a vinda da DFGCR para o Brasil, todo o estudo realizado pelos oficiais da ADN, e a posterior utilização da tortura pelo Estado brasileiro a partir de 1964, leva a uma ligação intuitiva entre os pontos. Portanto, novas pesquisas conseguirão interligar esse quadro e verificar o possível desenvolvimento de uma evolução dos estudos sobre GR na ADN e o desenvolvimento da DSN, em conjunto com a sistematização da tortura no Brasil.

É interessante perceber, também, como essa mentalidade de proteger-se contra um inimigo interno permanece no Exército brasileiro. Em 2020, como relatado pelo jornal *The Intercept Brasil*²⁴, foram realizados exercícios militares visando o combate a organizações de esquerda, inclusive com a utilização de siglas que fazem alusão a movimentos reais, como é o caso do fictício MLT (alusão ao Movimento dos trabalhadores rurais Sem Terra) e do Partido Operário (alusão ao Partido dos Trabalhadores). O vazamento de documentos que evidenciam a continuação de práticas desse tipo permite ao analista a visualização clara de uma continuidade entre as operações militares analisadas neste trabalho, e a conduta das FA hoje em dia. A dúvida que pode ser levantada é a seguinte: a polarização na sociedade brasileira nos anos 1950 e 1960 produziu as elaborações descritas aqui neste trabalho que, alguns anos depois, desembocaram em um golpe militar e na utilização sistemática de

²⁴ MARTINS, Rafael Moro. DOCUMENTO DE TREINAMENTO ANTI-ESQUERDA DO EXÉRCITO TEM MLT, PARTIDO DOS OPERÁRIOS E MÍDIA SAMURAI COMO INIMIGOS. Disponível em: <https://theintercept.com/2021/12/07/exercito-treinamento-anti-esquerda-documento/> Acesso em 26/01/2022.

tortura. Assim, este tipo de exercício militar seria uma pista de eventos parecidos aos da década de 50 e 60? Esta pesquisa se motiva para que não.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES

A DEFESA NACIONAL. Rio de Janeiro: v. 64 n. 510, publicada em jan. 1957.

_____. Rio de Janeiro: v. 64 n. 521, publicada em dez. 1957.

_____. Rio de Janeiro: v. 64 n. 520, publicada em nov. 1957.

_____. Rio de Janeiro: v. 64 n. 519, publicada em out. 1957.

_____. Rio de Janeiro: v. 64 n. 518, publicada em set. 1957.

_____. Rio de Janeiro: v. 64 n. 517, publicada em ago. 1957.

_____. Rio de Janeiro: v. 64 n. 516, publicada em jul. 1957.

_____. Rio de Janeiro: v. 64 n. 515, publicada em jun. 1957.

_____. Rio de Janeiro: v. 64 n. 514, publicada em mai. 1957.

_____. Rio de Janeiro: v. 64 n. 513, publicada em fev. mar. 1957.

_____. Rio de Janeiro: v. 64 n. 522, publicada em jan. 1958.

_____. Rio de Janeiro: v. 64 n. 523, publicada em fev. 1958.

_____. Rio de Janeiro: v. 64 n. 524, publicada em mar. 1958.

_____. Rio de Janeiro: v. 64 n. 525, publicada em abr. 1958.

_____. Rio de Janeiro: v. 64 n. 526, publicada em mai. 1958.

_____. Rio de Janeiro: v. 64 n. 527, publicada em jun. 1958.

_____. Rio de Janeiro: v. 64 n. 528, publicada em jul. 1958.

_____. Rio de Janeiro: v. 64 n. 529, publicada em ago. 1958.

_____. Rio de Janeiro: v. 64 n. 530, publicada em set. 1958.

_____. Rio de Janeiro: v. 64 n. 531, publicada em out. 1958.

_____. Rio de Janeiro: v. 64 n. 532, publicada em nov. 1958.

_____. Rio de Janeiro: v. 46 n. 533, publicada em dez. 1958.

_____. Rio de Janeiro: v. 47 n. 545, publicada dez. 1959.

_____. Rio de Janeiro: v. 47 n. 544, publicada em nov. 1959.

_____. Rio de Janeiro: v. 47 n. 543, publicada em out. 1959.

_____. Rio de Janeiro: v. 46 n. 542, publicada em set. 1959.

_____. Rio de Janeiro: v. 46 n. 541, publicada em ago. 1959.

_____. Rio de Janeiro: v. 46 n. 540, publicada em jul. 1959.

_____. Rio de Janeiro: v. 46 n. 539, publicada em jun. 1959.

_____. Rio de Janeiro: v. 46 n. 538, publicada em mai. 1959.

_____. Rio de Janeiro: v. 46 n. 537, publicada em abr. 1959.

- _____. Rio de Janeiro: v. 45 n. 536, publicada em mar. 1959.
- _____. Rio de Janeiro: v. 45 n. 535, publicada em fev. 1959.
- _____. Rio de Janeiro: v. 45 n. 534, publicada em jan. 1959.
- _____. Rio de Janeiro: v. 47 n. 546, publicada em jan. 1960.
- _____. Rio de Janeiro: v. 47 n. 547, publicada em fev. 1960.
- _____. Rio de Janeiro: v. 47 n. 548, publicada em mar. 1960.
- _____. Rio de Janeiro: v. 47 n. 549, publicada em abr. 1960.
- _____. Rio de Janeiro: v. 47 n. 550, publicada em jun. 1960.
- _____. Rio de Janeiro: v. 47 n. 551, publicada em jul. 1960.
- _____. Rio de Janeiro: v. 47 n. 552, publicada em ago. 1960.
- _____. Rio de Janeiro: v. 47 n. 553, publicada em set. out. 1960.
- _____. Rio de Janeiro: v. 47 n. 554, publicada em nov. dez. 1960.
- _____. Rio de Janeiro: v. 48 n. 565, publicada em dez. 1961.
- _____. Rio de Janeiro: v. 48 n. 564, publicada em nov. 1961.
- _____. Rio de Janeiro: v. 48 n. 563, publicada em out. 1961.
- _____. Rio de Janeiro: v. 48 n. 562, publicada em set. 1961.
- _____. Rio de Janeiro: v. 48 n. 561, publicada em ago. 1961.
- _____. Rio de Janeiro: v. 48 n. 560, publicada em jul. 1961.
- _____. Rio de Janeiro: v. 48 n. 559, publicada em jun. 1961.
- _____. Rio de Janeiro: v. 48 n. 558, publicada em mai. 1961.
- _____. Rio de Janeiro: v. 48 n. 557, publicada em abr. 1961.
- _____. Rio de Janeiro: v. 48 n. 556, publicada em mar. 1961.
- _____. Rio de Janeiro: v. 48 n. 555, publicada em fev. 1961.
- _____. Rio de Janeiro: v. 48 n. 554, publicada em jan. 1961.
- _____. Rio de Janeiro: v. 49 n. 577, publicada em dez. 1962.
- _____. Rio de Janeiro: v. 49 n. 576, publicada em nov. 1962.
- _____. Rio de Janeiro: v. 49 n. 575, publicada em out. 1962.
- _____. Rio de Janeiro: v. 49 n. 574, publicada em set. 1962.
- _____. Rio de Janeiro: v. 49 n. 573, publicada em ago. 1962.
- _____. Rio de Janeiro: v. 49 n. 572, publicada em jul. 1962.
- _____. Rio de Janeiro: v. 48 n. 571, publicada em jun. 1962.
- _____. Rio de Janeiro: v. 48 n. 570, publicada em mai. 1962.
- _____. Rio de Janeiro: v. 48 n. 569, publicada em abr. 1962.
- _____. Rio de Janeiro: v. 48 n. 568, publicada em mar. 1962.

- _____. Rio de Janeiro: v. 48 n. 567, publicada em fev. 1962.
- _____. Rio de Janeiro: v. 48 n. 566, publicada em jan. 1962.
- _____. Rio de Janeiro: v. 49 n. 587, publicada em dez. 1963.
- _____. Rio de Janeiro: v. 49 n. 586, publicada em nov. 1963.
- _____. Rio de Janeiro: v. 49 n. 585, publicada em out. 1963.
- _____. Rio de Janeiro: v. 49 n. 584, publicada em set. 1963.
- _____. Rio de Janeiro: v. 49 n. 583, publicada em ago. 1963.
- _____. Rio de Janeiro: v. 49 n. 582, publicada em jun. jul. 1963.
- _____. Rio de Janeiro: v. 49 n. 581, publicada em abr. mai. 1963.
- _____. Rio de Janeiro: v. 49 n. 580, publicada em mar. 1963.
- _____. Rio de Janeiro: v. 49 n. 579, publicada em fev. 1963.
- _____. Rio de Janeiro: v. 49 n. 578, publicada em jan. 1963.
- _____. Rio de Janeiro: v. 49 n. 597, publicada em dez. 1964.
- _____. Rio de Janeiro: v. 49 n. 596, publicada em nov. 1964.
- _____. Rio de Janeiro: v. 49 n. 595, publicada em set. out. 1964.
- _____. Rio de Janeiro: v. 49 n. 594, publicada em ago. 1964.
- _____. Rio de Janeiro: v. 49 n. 593, publicada em jun. jul. 1964.
- _____. Rio de Janeiro: v. 49 n. 592, publicada em mai. 1964.
- _____. Rio de Janeiro: v. 49 n. 591, publicada em abr. 1964.
- _____. Rio de Janeiro: v. 49 n. 590, publicada em mar. 1964.
- _____. Rio de Janeiro: v. 49 n. 589, publicada em fev. 1964.
- _____. Rio de Janeiro: v. 49 n. 588, publicada em jan. 1964.
- _____. Rio de Janeiro: v. 50 n. 602, publicada em mai. 1965.
- _____. Rio de Janeiro: v. 50 n. 601, publicada em abr. 1965.
- _____. Rio de Janeiro: v. 50 n. 600, publicada em mar. 1965.
- _____. Rio de Janeiro: v. 50 n. 599, publicada em fev. 1965.
- _____. Rio de Janeiro: v. 50 n. 598, publicada em jan. 1965.

BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, R. N. ; MARIN, R. A Guerra Revolucionária: afinidades eletivas entre oficiais brasileiros e a doutrina francesa (1957-1974). In: Maria Celina D'Araújo, Samuel Alves Soares e Suzeley Kalil Mathias. (Org.). **Defesa, segurança internacional e forças armadas**. I Encontro da ABED. Campinas: mercado de letras, 2008, v. , p. 189-204

ARAUJO, R. N. A influência francesa dentro do Exército brasileiro (1930–1964): Declínio ou permanência? **Esboços Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC**. Florianópolis, Vol. 15, n.20, p. 245–273, 2008.

_____. L'art français de la guerre. Transferts de la doctrine de la guerre révolutionnaire au Brésil (1958-1974). **Cahiers des Amériques latines**, 70 ed. 2012. 39-58. Disponível em: <https://journals.openedition.org/cal/2339>

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARONI, A. C. A Revista A Defesa Nacional e o Golpe de 1964: um estudo sobre o discurso militar (1985 - 2004). In: **II Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa**, 7. 2008, Niterói. Anais do Evento. Niterói: UFF, 2008.

BENEDETTI, Darío Andrés De Benedetti. La contrainsurgenciacontemporánea. VII Jornadas de Sociología de la UNLP. Departamento de Sociología de la Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, La Plata, 2012.

BIGEARD, M. **Piste sans fin**, Paris: la Pensée Moderne, 1957.

_____, **MON DERNIER ROUND**. Paris: Éditions du Rocher, 2009.

BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade**. Relatório: textos temáticos / Comissão Nacional da Verdade. – Brasília: CNV, 2014. 416 p.

BRASIL, P. (Pseudônimo de Bilac Pinto). **Livro Branco sobre a guerra revolucionária no Brasil**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1964.

CELLARD A. **A pesquisa qualitativa: A análise documental**. Petrópolis: Vozes, 2006.

CHIRIO, M. **A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

CORRÊA, M. S. **1964 visto e comentado pela Casa Branca**. Porto Alegre: L&PM, 1977.

CORSETTI B. A análise documental no contexto da metodologia qualitativa: uma abordagem a partir da experiência de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação da Unisinos. **UNirevista** - Vol. 1, n° 1: 32-46 (janeiro 2006)

FICO, C. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, n° 47, p.29-60 – 2004

GALULA, D. **Counterinsurgency warfare: theory and practice**. London: Praeger Security International, 2006.

HORTA, José Silvério Baía. **O Hino, O Sermão e a Ordem do Dia: a educação no Brasil (1930-1945)**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

KUBIK, E. A doutrina da guèrre révolutionnaire: novas hipóteses para a judicialização da repressão no regime de 1964. In: **36º ENCONTRO NACIONAL DA ANPOCS**, 2012. Águas de Lindóia, SP. Anais.

LACHEROY, C., **De Saint-Cyr à l'action psychologique**:. Mémoires d'un siècle, Panazol : Lavauzelle 2003

_____. "GUERRE RÉVOLUTIONNAIRE ET ARME PSYCHOLOGIQUE", 2 de julho de 1957. Em Paris. Disponível em: <http://francegenocidetutsi.org/LacheroyConference1957-07-02.pdf> Acesso em: 12 dez. 2021

LIPPOLD, W. **Frantz Fanon e a Rede Intelectual argelina**: circulação de ideias revolucionárias e sujeito coletivo no jornal El Moudjahid (1956-1962). Tese (Doutorado em História) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul: 2019.

MARTINS FILHO, J. R. A influência doutrinária francesa sobre os militares brasileiros nos anos 1960. **Revista Brasileira De Ciências Sociais**., v. 23, n.67, p. 39 – 50, 2008.

_____. A conexão francesa: da Argélia ao Araguaia. In: **Varia história**. Belo Horizonte, Vol. 28, n. 48, Jul/Dez. 2012, p. 519-536.

MONTEIRO, L. O. **Contra a foice e o martelo**. Aedos, Porto Alegre, v. 8, n. 19, p. 255-276, Dez. 2016

MORAIS, J. R. G. DE S.; ALVES, V. C. Da Influência Francesa à Norte-Americana: Análise da Blitzkrieg na Revista A Defesa Nacional (1936-1944). **Coleção Meira Mattos: revista das ciências militares**, v. 10, n. 37, p. 59-70, 24 out. 2016.

NASCIMENTO, F. S. **A Revista Defesa Nacional e o projeto de modernização do Exército brasileiro (1931-1937)**. Dissertação (Mestrado em História) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul: 2010.

PADRÓS, Enrique Serra. Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional Uruguai (1968-1985): do Pachecato à Ditadura Civil-Militar. Porto Alegre: tese de doutorado, UFRGS, 2005.

PLON, L. D. **A Tortura como Arma de Guerra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

QUADRAT, S. V. A preparação dos agentes de informação e a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985). In: **Varia história**. Belo Horizonte, Vol. 28, n. 47, p. 19-41, Jul/Dez. 2012.

REMOND, R. **O século XX**: de 1914 aos nossos dias. São Paulo: Ed. Cultrix, 1984.

RIGOUSTE, M. L'ennemi intérieur, de la guerre coloniale au contrôle sécuritaire Paris, **Cultures & Conflits** n°67 – automne, 2007.

ROBIN, M. M.. **Escuadrones de la muerte**: La escuela francesa. La Plata: De la Campana, 2014.

SANTOS, L. F. **Paul Aussaresses**: um general francês na ditadura brasileira (um estudo de caso). Dissertação (Mestrado em História) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo: 2014.

SEPULVEDA, J. A. M. A educação na revista A Defesa Nacional: 1913-1945. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 14, n. 55, p. 149–167, 2014. DOI: 10.20396/rho.v14i55.8640467. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640467>. Acesso em: 10 dez. 2021.

SILVA, J. **As conexões repressivas no CONESUL (1960-1990)**: Terrorismo de Estado em conexão internacional. Tese (Doutorado em História) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: 2017.

TAVARES, A. L. **O Brasil de minha geração**: mais dois decênios de lutas (1956-1976). Vol. 2. Rio de Janeiro, 1977.

TRINQUIER, Roger. **Modern Warfare**. London: Pall Mall Press, 1964.



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Graduação
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 1 - 3º. andar
Porto Alegre - RS - Brasil
Fone: (51) 3320-3500 - Fax: (51) 3339-1564
E-mail: prograd@pucrs.br
Site: www.pucrs.br